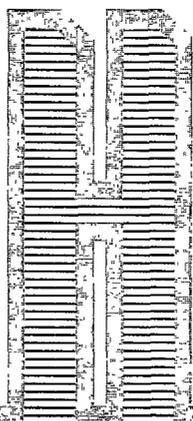




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 069

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 45, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1984, que “dispõe sobre aposentadoria de servidores municipais”.

Relator: Deputado Adroaldo Campos

Com a assinatura de 175 Deputados e 25 Senadores, a Proposta sob nosso exame, atendidas as preliminares do art. 47 e seus parágrafos da Constituição, manda acrescentar parágrafo ao art. 16, a fim de que “os Municípios que não dispuserem de órgãos de previdência que favoreçam os seus servidores, no que tange à aposentadoria, possam celebrar convênio com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), garantindo o benefício mediante contribuição da União, do Município e do seguro”.

Na justificativa, salienta o ilustre Autor:

“Os servidores municipais, de um modo geral, ficam praticamente desassistidos, nas comunas brasileiras, quando se aposentam, ou, quando enviúvam (as mulheres), pois o que passam a receber, como auxílio, é verdadeiramente irrisório.”

Descontadas as exceções dos Municípios com renda fiscal muito maior, quanto têm seus próprios institutos para esse fim, mais de oitenta por cento desses servidores ficam ao desamparo da legislação social, quando a Constituição precertua o princípio da isonomia e prevê a extensão dos benefícios previdenciários aos servidores públicos.

Além de ser possível, por meio de convênios triplíces, acudir a essa necessidade de amparo social dos servidores municipais, permissão para esse seguro viria crescer, apreciavelmente, o número dos contribuintes da Previdência Social, em proveito do seu equilíbrio financeiro e da melhoria dos seus serviços.

Preenchendo uma lacuna em nossa organização previdenciária, por via da presente Proposta, seu nobre Autor, Senador Jorge Kalume, visa a solucionar um problema de real magnitude, que não vimos, ainda, tratado na presente Legislação.

Assim, inatacável na preliminar, somos, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1984.

Este, o parecer.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1984. — Senador **Alfredo Campos**, Presidente — Deputado **Adroaldo Campos**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Deputado **Raimundo Leite** — Senador **Lourival Baptista** — Senador **Carlos Alberto** — Senador **João Lúcio** — Senador **Gastão Müller** — Senador **Marcelo Miranda** — Deputado **Antônio Gomes** — Deputado **Nilson Gibson** — Deputado **Irajá Rodrigues**.

PARECER Nº 46, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 51, de 1984-CN (nº 14/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.101, de 28 de dezembro de 1983, que “prorroga prazos fixados pelo Decreto-lei nº 1.703, de 1979, que estabelece condições especiais para a importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Horácio Matos

O Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.101, de 28 de dezembro de 1983, publicado no **Diário Oficial** da União do dia subsequente, que prorroga, até 31 de dezembro de 1985, os prazos a que se referem o § 2º do art. 1º e o parágrafo único do art. 2º do Decreto-lei nº 1.703, de 18 de outubro de 1979, modificado pelo Decreto-lei nº 1.878, de 23 de julho de 1981.

O referido Decreto-lei nº 1.703, de 1979, cujos prazos, estabelecidos nos dispositivos mencionados, foram prorrogados pelo texto legal sob exame, estabelece condições especiais para a importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira.

Essas condições especiais consistem em duas medidas distintas. Por um lado, prevê-se que a importação, pela PETROBRÁS, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e outros materiais, inclusive suas partes,

peças, acessórios e sobressalentes, a serem utilizados, exclusivamente, na produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, não estará sujeita às normas que disciplinam a verificação de similaridade de bens importados, previstas no Decreto-lei nº 37, de 1966, bem como não se sujeitam a exigência de obtenção de prévia guia de importação, quando do embarque do material no exterior (art. 1º do Decreto-lei nº 1.703/79).

Por outro lado, de acordo com o art. 2º desse mesmo Decreto-lei, as saídas de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e demais materiais, incluídas suas partes, peças, acessórios e sobressalentes, com a mesma destinação prevista no artigo anterior, estão contempladas com os estímulos fiscais ali estabelecidos, a saber:

- a) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- b) manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, efetivamente empregados na industrialização dos produtos;
- c) os créditos tributários previstos no art. 1º do Decreto-lei nº 491, de 1969, e
- d) incentivos fiscais de que trata o art. 78 do Decreto-lei 37/66, decorrente da concessão do regime de “drawback” na importação de componentes, sem similar nacional, destinados à fabricação dos produtos mencionados nesse artigo

2. A Mensagem presidencial, que encaminha a matéria vem acompanhada de Exposição de Motivos, conjunta, dos Ministros de Estado da Fazenda, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Ao justificar a prorrogação dos prazos, adotada no texto em exame, a referida Exposição de Motivos nos convence da oportunidade e acerto da medida, ressaltando que, sendo o programa de expansão da produção interna de petróleo e derivados altamente prioritário, torna-se indispensável a extensão de prazo das condições especiais citadas, a fim de acelerar-se a produção interna de petróleo e, desse modo reduzir-se a dependência energética, o que já ocorre de forma auspiciosa com a previsão de 500.000 barris por dia, no máximo até fins de 1985.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

De outra parte, à indústria nacional ficam assegurados os instrumentos legais necessários a lhe permitir maior participação na gradativa substituição da energia importada pela de origem nacional constatando-se a acentuada redução das importações de materiais pela PETROBRÁS, as quais, de 49% (quarenta e nove por cento) no total das compras de 1980, limitaram-se a 12% (doze por cento) no ano passado.

Ante o exposto, convindo no acerto da prorrogação de prazo adotada e considerando a observância dos pressupostos e requisitos do art. 55 da Constituição, somos pela aprovação do presente Decreto-lei, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 1984-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.101, de 28 de dezembro de 1983, que "prorroga prazos fixados pelo Decreto-lei nº 1.703, de 1979, que estabelece condições especiais para a importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.101, de 28 de dezembro de 1983, que "prorroga prazos

fixados pelo Decreto-lei nº 1.703, de 1979, que estabelece condições especiais para a importação de bens destinados à produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 5 de junho de 1984. — Senador Alberto Silva, Presidente — Deputado Horácio Matos, Relator — Senador Passos Pôrto — Senador Gabriel Hermes — Senador Guilherme Palmeira — Senador Jutahy Magalhães — Senador Octávio Cardoso — Senador José Ignácio Ferreira — Deputado José Fernandes — Deputado Jorge Leite — Senador Odacir Soares — Senador Jorge Bornhausen.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 157ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Administração desenvolvida pelo Sr. Marcos Fonseca, à frente da Caixa Econômica Estadual do Estado de São Paulo.

DEPUTADO WALL FERRAZ — Aumento da dívida externa brasileira, face ao possível financiamento que será concedido pelo Banco Mundial, para o desvio do rio São Francisco.

DEPUTADO HERMES ZANETI — Nota dos Comandos Nacionais de Greve dos Docentes, de repúdio pela demissão de funcionários do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

DEPUTADO JORGE CARONE — Defesa da aprovação de projeto de lei de autoria de S. Exª, que dispõe sobre a criação de taxa e do Fundo de Recuperação da Dívida EXterna dos Estados e Municípios, e dá outras providências.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Artigo de autoria do Jornalista Joelmir Beting, intitulado *A Hora do Dragão*.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Atual momento político brasileiro face à sucessão presidencial.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Críticas à palestra proferida ontem, na Escola Superior de Guerra, pelo Sr. Ministro Delfim Netto.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Documento do Centro de Estudos Afro-Brasileiros de análise à Portaria nº 225, do Ministério da Justiça.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Desistência pelo Governo do Estado de São Paulo, do pagamento relativo à desapropriação das ações da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Considerações sobre a participação de autoridades em irregularidades ocorridas no mercado financeiro

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Apelo à Ministra da Educação e Cultura no sentido da solução da greve dos professores e médicos residentes.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Análise ao discurso do Sr. Marcondes Pereira, pronunciado na presente sessão.

DEPUTADO ROSA FLORES — Soluções apontadas por S. Exª visando solucionar déficit da Previdência Social.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Comentários a discurso pronunciado por membros das Oposições, no concernente ao modelo econômico brasileiro.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Repúdio a declarações feitas à Imprensa pelo Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, citando o nome de S. Exª

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Comentários ao discurso pronunciado pelo Sr. Jorge Arbage na presente sessão. Documento do Conselho de Reitores, em defesa da Universidade Brasileira. Reivindicações da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e do Secretário da Executiva do Conselho Nacional de Residência Médica, que serão encaminhadas ao Secretário da Educação Superior do MEC.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA, como Líder — Contraditando decisão adotada pela Presidência, com relação à delegação da palavra pela Liderança de Partido.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.090, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 158ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE JUNHO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ERALDO TINOCO — Cassação de liminar concedida ao Governo da Bahia, em mandado contra operação de compra de ações da empresa Nordeste Linhas Aéreas Regionais.

DEPUTADO JORGE CARONE — Reclamação à Mesa sobre o retardamento do início da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos ao Sr. Jorge Carone sobre os motivos que culminaram com o atraso da presente sessão

DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS — Carta à Nação em defesa da Universidade Pública gratuita.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Protestos de S. Exª contra a pretendida federalização, por parte do Governo Federal, do porto de Paranaguá.

DEPUTADO HERMES ZANETI — Considerações sobre atitude da Srª Ministra da Educação e do Presidente da Comissão de Residência Médica, reafirmando compromissos anteriores de apoiar a solução dada por aquela Comissão ao problema do movimento reivindicatório dos médicos residentes.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Eficiência do jornalista Ivan Leal na elaboração de informes políticos do *Jornal dos Sports*, do Rio de Janeiro.

2.2.2 — Requerimento

Nº 9/84-CN, de presidente de comissão mista, solicitando prorrogação do prazo para apresentação de parecer. **Aprovado**.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 5/84-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00, para o fim que especifica. **Aprovado**. À Comissão Mista para redação final.

2.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei nº 5/84-CN, apreciado na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprova-da**. À sanção.

2.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa

2.6 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 159ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE JUNHO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO WILMAR PALIS — Registro do 33º aniversário de fundação do jornal *Última Hora*, do Estado do Rio de Janeiro.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.2.3 — Questão de Ordem

— Suscitada pelo Sr. Valmor Giavarina e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 157ª Sessão Conjunta, em 14 de junho de 1984**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura***Presidência do Sr. Martins Filho***ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:**

Jorge Kalume — Alveir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Luçena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leonidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vihagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Brandão Montero — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emilio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Roemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alber Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavari- na — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Florice- no Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 212 Srs. Deputados. Havendo número regimental, de- claro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comuni- cações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcon- des Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronun- cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trago em mãos uma publicação da nossa Caixa Muni- cipal, que é uma dependência da Caixa Econômica Esta- dual, do Estado de São Paulo.

Em um ano, Sr. Presidente, foram abertas 79.973 con- tas, com o volume de 24 bilhões e 900 milhões de cruzei- ros. Isso graças a um programa que vem sendo levado avante pelo Presidente Marcos Fonseca, programa esse que tem merecido a confiança de todo o interior do meu Estado. Já são 148 municípios que recebem, com braços abertos, esta modificação que se fez para atendimento no interior

A nossa Caixa Municipal recebe depósitos e os apli- cam no próprio município, e o mais importante é a atuação que estão tendo os gerentes dessas caixas, em auxiliar, em ampliar, dar apoio às pequenas e médias empresas. Isso é possível agora, após um ano, porque o povo começa a acreditar num Governo honesto, num Governo sincero num Governo que se instalou sem rou- bar, num Governo que não rouba, num Governo que têm homens honestos à frente de todos os seus órgãos. No Governo Paulo Maluf, o Presidente da Caixa Econô- mica do Estado de São Paulo deu um desfalque enorme. É bem diferente. Não é isto que se quer no País. Em todo órgão, em todo serviço público feito com honestidade, o povo acredita.

Acabo de chegar da Comissão de Economia, onde ouvi o depoimento do Governador de Goiás e S. Ex^a acabou com uma coisa simples: com os carros oficiais. Nem Governador, nem Secretários, ninguém tem carro oficial. Isto parece uma coisa simples, mas captou, con- seguiu a confiança do povo. O povo não acredita mais nos homens públicos. Não acredita mesmo! É preciso que se tome atitudes assim, atitudes como esta, na nossa Caixa Municipal, em que o dinheiro arrecadado do povo é aplicado na própria cidade, com honestidade, com mé- todos decentes. É preciso que se faça isto em Goiás, é preciso que se o faça no Estado do Paraná, onde todos os Governos do PMDB estão conseguindo a confiança do povo. O povo precisa acreditar nos seus representantes.

Vejo hoje nos jornais: "União de Maluf com Andreaz- za". Isto desmoraliza a política perante o povo. O povo não acredita mais nesses acordos de antecâmaras, nesses conchavos. Isto é um absurdo! Nós já estamos desmora- lizados, com 60% negativo perante a opinião pública, só perdendo para o Presidente, porque Sua Excelência não tem mais credibilidade alguma perante a opinião públi- ca. Agora com esses acordos, com esses desacertos, não sabemos aonde iremos chegar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wall Ferraz.

O SR. WALL FERRAZ (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O jornal *Folha de São Paulo*, no dia 13 do corrente, noticia que os Governadores do Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Piauí, vão se encontrar com o Presidente do Banco Mundial A.W. Clausem, no próximo dia 18, em Washington. Em pauta o mastodôntico financiamento de 2 bilhões de cruzeiros, para a transposição das águas do Rio São Francisco para os rios do Nordeste, na polí- tica de perenização dos rios, preconizada pelo Ministro Mário Andreazza.

É lamentável, Sr. Presidente, ouvir-se essa notícia de que o País procurará maior endividamento, no caso, agora, por razões supostamente humanitárias, para aten- der o Nordeste na solução de um dos seus graves proble- mas, que é o problema hídrico.

Um País que já tem suas dívidas aumentadas por pro- jetos da natureza, como Angra dos Reis e outros mais, agora quer captar recursos americanos do Banco Mun- dial para a satisfação de um prescindível, para que ele consiga se firmar junto aos habitantes do Nordeste, atra- vés de obras faraônicas. No Nordeste, onde 145 mil crianças irão morrer este ano de subnutrição, segundo declaração do Sr. Ministro Waldyr Arcoverde; o Nor- deste que, dos oito milhões de crianças fora das escolas no País, contribui com 65%, portanto, quase com 5 mi- lhões de crianças não-escolarizadas; no Nordeste, onde depois de uma seca consecutiva de 6 anos, os bancos ofi- ciais continuam a emprestar dinheiro com juros anuais de 185%, impossibilitando toda e qualquer forma de prá- tica agrícola para os pequenos, médios e grandes pro- prietários; nesse Nordeste, a preocupação é a de realizar

obras de Faraó. Quando se sabe que, ao lado dos problemas sociais citados, o grande problema nordestino foi detectado pela própria equipe do Projeto Nordeste, onde está incluída essa transferência das águas do rio São Francisco para os rios do Semi-Árido. Foi demonstrado que há uma concentração fundiária que aumenta de ano para ano, citando o caso do Piauí, onde ela cresceu em 9,8% em 10 anos, atingindo no Maranhão, a 10% mostrando, assim, que o grande problema da região é, acima de tudo, o problema fundiário.

Quero, portanto, nesta oportunidade, lamentar que numa hora de crise em que vivemos numa situação difícil, quando o País está ameaçado, inclusive, de pedir moratória, porque não há outro caminho, se queira enganar, lançar ao povo nordestino este embuste de financiamento de 2 (dois) bilhões de cruzeiros para atender as aspirações faraônicas do Ministro Mário Andreazza.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Trago, para transcrição nos Anais do Congresso Nacional, o seguinte documento:

“Comandos Nacionais de Greve repudiam demissões no Paraná”

Os Comandos Nacionais de Greve dos Docentes, servidores e médicos residentes das Universidades Federais Autárquicas reunidos em Brasília no dia 9 de junho de 1984, vêm protestar contra a demissão de 284 funcionários do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Esta drástica medida, tomada pela direção da Fundação Universidade Federal do Paraná, usando como justificativa a greve deflagrada naquela universidade, é um mero pretexto que visa esconder o real objetivo que é evitar prejuízos àquela fundação de caráter privado, instalada no interior de uma IES Pública. Na verdade esta fundação espúria sobrevive utilizando o patrimônio da universidade, explorando-o economicamente e gerando recursos financeiros para uso próprio.

Dos recursos desta fundação destinada ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa 70% estão sendo utilizados em gastos com pessoal, numa forma de evasão que evidencia uma política de empreguismo, e conforme o balanço 81/82 ela aplicou parte destes recursos em letras de câmbio da COROA, instituição financeira liquidada pelo governo.

A dispensa de funcionários e médicos revela o caráter perverso da fundação e que estamos corretos quando rejeitamos a mudança do regime jurídico das Universidades Públicas. Este episódio nos ensina que devemos combater com todas as nossas forças esta e outras fundações que se alastram como um câncer no interior das Instituições de Ensino Superior Públicas.

O fim destas fundações se impõe como uma exigência para salvar a Universidade Pública e manter a estabilidade de emprego para os seus servidores, docentes e médicos.

Cabe ao governo, na defesa do patrimônio público, investigar e tomar providências quanto as reiteradas denúncias contras estas fundações privadas no interior das IES Públicas.

Exigimos a imediata reintegração dos demitidos. Brasília, 9 de junho de 1984.

Comando Nacional de Greve dos Docentes das IES Federais Autárquicas

Comando Nacional de Greve dos Servidores das IES Federais Autárquicas

Comando Nacional de Greve dos Médicos Residentes

ANDES-Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

FASUBRA-Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras

ANMR-Associação Nacional dos Médicos Residentes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje deve ser votado o Projeto nº 811-A, de minha autoria, que:

Dispõe sobre a criação de taxa e do Fundo de Recuperação da Dívida Externa dos Estados e Municípios, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição, contra o voto em separado do Sr. Ralph Biasi; e da Comissão de Finanças pela aprovação.

(Projeto de Lei nº 811, de 1983, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a constituir o Fundo de Recuperação da Dívida Externa dos Estados e Municípios destinado a auxiliar as Unidades Federadas e os Municípios no cumprimento de compromissos assumidos no Exterior, seja através de empréstimos, financiamentos, programas de assistência técnica e quaisquer outros que impliquem na formação de dívida externa.

Art. 2º Para sustentar o Fundo de que trata o artigo anterior, é o Poder Executivo autorizado a instituir taxa no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre as remessas de valores para o Exterior efetivadas por empresas multinacionais instaladas no País.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se remessa de valores para o Exterior:

a) as remessas com o retorno de capitais ou como rendimento desses capitais, lucros, dividendos, juros, amortizações, assim como as de *royalties*, de pagamentos de assistência técnica por empresas nacionais, ou por qualquer outro título ou denominação que, para fora do País, implique em transferência de rendimentos;

b) os reinvestimentos de lucros dos capitais estrangeiros:

O que acontece no País é que uma empresa multinacional vem para o País, instala-se aqui, às vezes, com favores fiscais do Governo, em seguida entra no Imposto de Renda e aplica esses incentivos fiscais em reflorestamento. Mais tarde, entra na pecuária com esses incentivos fiscais, pega esses recursos e os põe no **open**, e manda isso para o exterior como lucro. Isso é reinvestimento. Em todos os países do mundo capitalista existem leis para que um país possa se defender do outro. O Governo americano tem suas leis. Inclusive, bancos estrangeiros não são permitidos operar como operam os bancos estrangeiros aqui, pois lá há uma carência de 10 anos.

Eu apresentei este projeto porque nós temos que lutar no sentido de que os países ricos parem de combater a inflação e o desemprego à custa do nosso sacrifício. Há poucos dias, mostrei que os juros internacionais eram na base de 6% ao ano; hoje cobram do Brasil 1,5%. Então,

tanto o PMDB como os demais Partidos devem aprovar este projeto. E eu espero que o PT, o PDT, o PTB e o PDS apóiem-no, porque isto se constituirá numa arma para o Governo. Porque, se eles aumentarem os juros, nós teremos uma lei, também, Sr. Presidente, para dar condições ao País de se defender. E sei que o Governo é acusado, muitas vezes, de proteger multinacionais, mas eu não acredito que o Congresso, aqui, esteja conivente com isto, Sr. Presidente. Então, espero que os partidos dêem ao Governo argumentos capazes de enfrentar os países ricos, como resposta ao que vimos, há poucos dias, na publicação da primeira página de **O Globo**, os sete ricos rindo da miséria dos países latino-americanos, esquecendo-se que na hora das dificuldades, na hora em que Hitler e Mussolini lutavam contra os demais países do mundo, o Brasil fornecia alimentos, fornecia matérias-primas e não pensava em receber, porque se perdessem a guerra, iria receber de quem?

Então, hoje, Sr. Presidente, eles comemoram a vitória com a invasão da Normandia, esquecendo-se dos brasileiros que foram para lá, dos nossos pracinhas que foram para a Itália e outros países para ajudar esses ricos a ficarem, mais poderosos.

Este o meu pronunciamento, esperando que o Congresso Nacional, que todos os partidos votem a favor desta lei da remessa de lucros para o exterior, porque em assim fazendo estarão defendendo o povo brasileiro de continuar sendo explorado por essas potências estrangeiras e capitalistas que só pensam exclusivamente nelas, como disse a Primeira-Ministra Margareth Thatcher, quando declarou que nós devemos entregar as nossas indústrias e as nossas matérias-primas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como empresário que sou e homem de livre iniciativa, não poderia perder a oportunidade de ler da tribuna desta Casa artigo publicado no **O Globo** de 27 de maio passado e que só agora veio ter às minhas mãos.

Sr. Presidente, ninguém melhor do que o abalizado jornalista Joelmir Betting para fazer uma análise tão profunda do que é hoje a China e a Própria Rússia. Acharam a chave do tesouro, após dezenas de anos de comunismo e opressão, simplesmente dando ao homem o direito de empreender como fruto de seu trabalho. Quem diria, a China, país de 1 bilhão de habitantes, conseguiu crescer 12% ao ano. Vamos ver o que diz o Joelmir Betting:

A HORA DO DRAGÃO

Joelmir Betting

Os chineses traíram a causa socialista e nada mais do que acontece hoje na China tem a ver com o marxismo e com o leninismo. Bem ao contrário, a nova camarilha de Pequim está praticando uma cópia mal feita do que a humanidade tem de pior: a acumulação capitalista.

Assinado: Serge Mikoyan, da Academia de Ciências de Moscou, em vigoroso ensaio ideológico sobre a experiência chinesa dos últimos três anos.

Uma revolução dentro da revolução. Malgrado discussão minimizada nos lares e nos bares do Ocidente, transformação chinesa transparece nas ruas de Pequim ou de Xangai, nas páginas do “Diário do Povo” ou dos jornais murais. A comitiva do Presidente Figueiredo deve estar colecionando os primeiros impactos da nova China neste domingo de trabalho.

A coisa vai da adoção do contrato de risco na exploração do petróleo já localizado até a alegre frequência do Maxim's, filial do repasto parisiense instalada a cinco minutos de bicicleta do Mausoléu de Mao. No plano externo, do capital internacional de risco, derrubada da muralha chinesa alcança o monopólio interno da Coca-Cola americana, coisa jamais admitida por qualquer republiqueta das bananas-centro-americanas. E contempla um contrato bizarro, para não dizer repulsivo: por US\$ 1 milhão a tonelada, a China passa a guardar lixo atômico imperecível das usinas dos laboratórios e dos hospitais da Alemanha Ocidental.

Os japoneses assumem a construção das usinas nucleares chinesas, pacotão de 14 unidades, enquanto os brasileiros da comitiva presidencial oferecem a experiência Tupiniquim de Itaipu e Tucuruí para a engenharia de gigantescas hidrelétricas em território chinês.

Do video-cassete ao micro-computador, do automóvel de luxo ao par de skates uma nova classe chinesa, a dos "empreendedores individuais" na agricultura, movidos a lucro, passa a consumir toneladas de bens importados do gênero *supérfluo* ou *suntuários*, pagos pontualmente com toneladas de petróleo bruto.

O espaço sacrossanto da gigantesca Praça da Paz Celestial, de 62 hectares, aparece redecorado por *outdoors* de cerveja, relógio, bolacha, calculadora, televisor, sapato e roupas coloridas com griffe de uma Cardin, um Givenchy, um Fiorucci, um Kenzo.

Só falta um verbete do Livrinho Vermelho de Mao: "Eu consumo; logo, existo.

Qual é o escândalo? A União Soviética vem cometendo as mesmas heresias consumeristas e ocidentalistas: desde Brejnev; ao invés de Coca-Cola, beba-se Pepsi-Cola. Ao invés do Sheraton, o Holiday Inn. Ao invés do Toyota, o Fiat. Mas as multinacionais do petróleo e da engenharia de consultoria são as mesmas.

Outro dia, a China celebrou um contrato com os americanos da *Occidental Petroleum* para a extração de carvão da inesgotável reserva de Antubao; 500 quilômetros a Oeste de Pequim. Negócios de US\$ 850 milhões para o take-off de um contrato de 30 anos por sobre a maior mina de carvão a céu aberto do planeta, com 1,4 bilhão de toneladas comprovadas.

O Japão diz que compra pelo menos um terço.

O detalhe: a *Occidental Petroleum* é controlada pelo lendário Armand Hammer, o maior investidor estrangeiro na economia soviética.

Aos 85 anos de idade, Hammer descolou uma licença especial, sem recibo do velho krelmlin, para montar esse negócio com Pequim. Hammer opera diretamente com Moscou desde os anos 20, ainda com Lénine. Em sendo do ramo não poderia perder o bonde da China entreaberta, ele que se diverte há mais de meio século com a Rússia fechada, por sobre as muralhas da velha guerra fria de Moscou com Washington e da nova guerra fria de Moscou com Pequim.

Em matéria de multinacionalização do mercado e do consumo a União Soviética não tem o que reclamar das repentinas permissividades chinesas. O que realmente causa espanto aos ideólogos do Diktat comunista é a revolução interior do socialismo chinês.

A reorganização da propriedade privada na agricultura é tão espetacular quanto a introdução do salário diferenciado na indústria e na administração. E acredite quem quiser; em nome da moder-

nização e da produtividade inaugurou-se em 1982, o regime de demissão por "6cio". A primeira geração de desempregados banidos do planeta em sociedade sem alternativa cuidou de bater carteiras, furtar galinhas, roubar pepinos.

A delinquência alastrou-se com tal envergadura, da noite para o dia, que o governo teve de apelar para a "solução final", via julgamento sumário: o fuzilamento exemplar em praça pública ou estádio de futebol.

Tempo é dinheiro proclama o imenso cartaz de propaganda, no rodapé de um edifício em construção, uma torre de vidro de 48 pavimentos projetada é financiada pelo Grupo Sumitomo, nos arredores do Grande Salão do Povo em Pequim.

A construção é mecanizada com elementos pré-fabricados made in Japan.

Um contraste chocante com a farta disponibilidade da mão-de-obra mais barata e mais dócil do mundo, na mesma China que ainda constrói aterro rodoviário com as mãos e cestas de bambu.

Nas relações de trabalho, a inovação devastadora do lema pichado em muro. "Devemos tratar desigualmente os desiguais." E tome hierarquia salarial e gratificação por mérito.

Os artistas da ópera de Pequim interromperam uma apresentação especial para os comissários do setor siderúrgico e anunciaram, solenemente, que todos os integrantes da ópera, instituição nacional, passariam, a ter uma participação de cinco por cento no dinheiro da bilheteria de um espetáculo diário que passava a cobrar ingresso, sem convite nominal.

Um criador de galinhas, Sun Guyng, rodeado de mulher e filho único, primeiro e último, aparece, em anúncio de TV como sendo "o primeiro realizador individual a adquirir um automóvel particular com o lucro da criação própria de aves e ovos que fazem o cardápio do povo".

O automóvel é um Mercedes Bem usado.

Arquiteto da nova China que se quer realizando um PIB de US 1 trilhão antes do ano 2000, Deng Xiaoping, ironiza as críticas veladas da ala "ortodoxa" do partido único e desfila resultados pirotécnicos: a economia está crescendo 12 por cento ao ano, mais no campo que na cidade, com metas setoriais de 1986 já ultrapassadas em 1983.

Um espanto A disparada é atribuída ao novo sistema de incentivos individuais, via salário, via preço ou via lucro. Xiaoping inaugura a desigualdade, entre dois sorrisos amarelos.

"O gigante acordou da letargia e da inércia. Chegou a vez do dragão."

Quem sabe, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esta lição não sirva para os nossos governantes que dizem ser o nosso um país de livre empresa, país capitalista, mas que o Estado detém quase 70% da sua produção. Estatizaram tanto que hoje criaram até Departamento de Desestatização, mas não conseguem êxito no que dizem — transferir à iniciativa privada um estoque de mais de 600 indústrias espalhadas por todo o Brasil — porque o Governo, este sim, é capitalista e quer ganhar dinheiro nas vendas dessas indústrias. Pelo que vemos, não é o nosso País que é capitalista, mas sim o seu Governo — o que diverge frontalmente da filosofia de livre empresa. Com a viagem do Presidente Figueiredo a China, quem sabe vamos agora aprender que a solução é entregar à administração empresarial os destinos do comércio e da indústria do nosso País, a quem sabe administrar e gerir, como demonstra os êxitos conseguidos em poucos anos na China, hoje ainda comunista, mas no findar do século, já com sua mentalidade totalmente modificada — temos certeza.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vejam V. Ex^{as}, depois de 20 anos de desmando, de autoritarismo, de prepotência, de violência institucional, nós estamos registrando neste País o advento de uma nova figura na República. O Dr. Paulo Salim Maluf caminha, célere e determinadamente, para a Presidência da República. Porque os caminhos que o PDS construiu, por via dos casuísmos, da manipulação, da trapaça legislativa, facilitam aos corruptos, abrem aos despidorados as portas do Palácio do Planalto.

Mais uma vez, Sr. Presidente, constata-se que é exatamente debaixo dos regimes autoritários, exatamente sob os regimes militares, debaixo dessas ditaduras desumanas, que pululam essas figuras abjetas; é exatamente nos governos sem democracia que surge o caldo de cultura para o advento de figuras tão deletérias e tão desprezíveis para a vida nacional.

Foram vinte anos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vinte anos em que este Governo teve tanto poder, ou mais poder, do que jamais outro governo teve na história da República. Este Governo pôde fazer o que quis, este Governo usou e abusou dos mecanismos do poder; este Governo levou o País a uma dívida externa de 130 bilhões de dólares e a uma inflação indecente, como disse ontem o Ministro Delfin Netto, de 230%; este Governo nos leva a uma situação de déficit interno da ordem de 30 trilhões de cruzeiros e é este mesmo Governo que se estabeleceu pela violência, em 1964, para salvar a Pátria.

Sr. Presidente, que triste lápide se inscreve no fim desta ditadura infame? Que enterro trágico e vergonhoso para a História nacional, aquele que se vê neste momento, em que esta ditadura está sendo sepultada, não pelo surgimento de uma perspectiva democrática e de uma retomada da liberdade em nosso País! Este regime está sendo sepultado por um coveiro que trata de implantar — quem sabe? — uma ditadura mais severa e mais violenta! Porque não há dúvida nenhuma de que se o Sr. Paulo Maluf for Presidente da República, neste País, depois de 20 anos, o grande saldo, a grande conquista daquilo que se chamou canhestamente Revolução de 1964, a grande conquista terá sido o triunfo definitivo da corrupção sobre a dignidade.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento a Nação está estarelecida, está perplexa e está constrangida. E a Nação pede: ou este País se encaminha para um governo de corrupção ou este País abre as portas para um regime democrático livre, onde o voto soberano do povo é a fonte de todas as decisões e de todo o poder. Ou este País acaba nas mãos de um corrupto ou teremos eleições "Diretas, Já". (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os jornais de hoje estão publicando um resumo da palestra feita ontem na Escola Superior de Guerra pelo Sr. Ministro do Planejamento, na qual aquele desditoso tecnocrata afirma, com toda a frieza que o caracteriza, que "o Brasil está crescendo".

Ora, Sr. Presidente, trata-se de uma leviandade do Sr. Delfim Netto sem precedentes, pois só se o Brasil está crescendo como rabo de cavalo, que, como se sabe, cresce para baixo.

Aliás, esse Governo que nos infelicita já faz cinco anos é versado, mesmo, em assuntos equinos, pois volta-meia os seus integrantes parecem com cada afirmação cavalgar que não encontra precedente em toda a história sócio-econômica deste País.

Não se pode aceitar mais passivamente que homens como o Sr. Delfim Netto papariquem os nossos militares, levando até eles afirmações enganosas, lançando sobre os seus olhos uma cortina de fumaça, trapaceando a verdade, tentando iludir a opinião pública, e o que é mais grave, comprometendo toda a classe de economistas a que ele pertence.

Sabemos, por exemplo, Sr. Presidente, que, segundo revelação feita recentemente em Fortaleza pelo Bispo-Auxiliar, Dom Edmilson, que este ano vão morrer no Nordeste de fome cerca de cento e cinquenta mil crianças na chamada primeira infância de suas vidas.

De acordo com outra revelação daquele religioso, até hoje e desde a Segunda Guerra Mundial morreram, no Nordeste, vítimas da fome e da miséria, dez milhões de pessoas, número esse que é superior em mais do dobro do total de óbitos verificados no mundo em razão de guerras e de conflitos assemelhados a guerras.

Enquanto os números, portanto, mostram uma realidade completamente diferente, o Ministro do Planejamento insiste em sua pregação mentirosa, tentando ilaquear a boa fé dos militares.

Aliás, Sr. Presidente, já virou rotina entre nós o Ministro do Planejamento correr para a Escola Superior de Guerra sempre que se avolumam os comentários e o noticiário da imprensa sobre a iminência de sua substituição.

Nós, porém, não acreditamos nessas invencionices, porque sabemos que Delfim, Galvêas e os seus seguidores são, todos, farinha do mesmo saco, e que só serão apeados do poder no dia em que o povo puder votar livremente para Presidente da República.

Por isso não há ilusão, e a saída continua uma só: Diretas, já. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de me pronunciar sobre a Portaria do Ministério da Justiça, Sr. Ibrahim Abi-Ackel, de nº 225, que cria a comissão para organizar a comemoração do Centenário da Lei Áurea, tendo em vista duas questões: primeira, a versão oficial sobre a Lei Áurea é questionada pela própria historiografia brasileira, sob o ponto de vista político e, em segundo lugar, o Brasil não tem uma democracia racial. Uma prova disto está na própria portaria do Sr. Ministro que, ao nomear a comissão para preparar a comemoração do Centenário da Lei Áurea, faz isso à revelia, sem consultar, sem integrar os movimentos negros que existem no País.

Neste sentido, gostaria de solicitar a transcrição nos Anais do Congresso Nacional de um posicionamento do Centro de Estudos Afro-Brasileiros. Arrolando uma série de razões, eles solicitam um posicionamento contrário a essa portaria, exigindo do Ministro da Justiça a sua revogação.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOÍNO EM SEU DISCURSO)

APRECIACÃO DA PORTARIA Nº 225.
(MINISTÉRIO JUSTIÇA)

— Tendo em vista a portaria 225, de 13-5-84, do Senhor Ministro da Justiça, Sr. Ibrahim Abi-Ackel, da República Federativa do Brasil, que cria a Comissão para organizar a comemoração do Centenário da Lei Áurea;

— Tendo em vista que os membros indicados para a referida Comissão são pessoas que têm uma formação europeizante, hoje já totalmente distanciada da realidade brasileira, não possuindo, pois, sensibilidade suficiente para fazer um trabalho isento que conquiste a harmonia

étnica da Nação, ainda mais que nenhum de seus membros é negro;

— Tendo em vista que os presos comuns são consequência de falta de amparo do Estado que ao abolir o trabalho escravo jogou os cidadãos negros à marginalidade, retirando dos mesmos o direito constituído e assegurado dos direitos civis,

— Tendo em vista que os verdadeiros presos políticos são os negros que transitam temporária ou definitivamente pelos cárceres penitenciários do país inteiro, é mais fácil ao Estado assumir uma despesa como preso comum do que reconhecer a condição de preso político, em virtude do pensamento europeizante que se formou na mente dos brasileiros que atuam como aristocratas e colonizadores e que a morte desses negros nos presídios ou tombados pela polícia nas ruas não traz remorso ao sentimento cristão ético ou moral do poder ou da aristocracia;

— Tendo em vista que a Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo então Deputado Carlos Santos houve por bem indicar um índice de brasileiros de faixa etária de 0-18 anos pré-carentes, carentes ou marginais hoje na faixa dos 30 milhões, os quais são todos originários de favelas, palafitas, mocambos, filhos de desempregados, de subempregados e daqueles que não tiveram oportunidade de acesso à escola primária, e que 90% desses brasileiros são negros;

E todo seu primeiro, segundo e terceiro escalões, quer dizer os seus ministros e a administração direta e indireta, como também o Corpo Diplomático, as corporações militares, seus governadores e os Partidos Políticos, enfim, o autoritarismo administrativo, ou seja escravagismo, racismo, incompetência, turbulência, até à falência dos valores étnicos, sócio-políticos;

— Tendo em vista que nós os negros somos os brasileiros que em grande parte doamos o nosso trabalho produzindo riqueza para o bem-estar geral;

— Tendo em vista que os quilombos, através dos seus líderes que iniciam o primeiro grito de libertação das Américas, especificamente aqui no Brasil, os quilombos representados pelo Quilombo da República dos Palmares, o maior símbolo do civismo da verdadeira democracia racial, onde conviviam brancos, índios e negros como irmãos e com respeito aos direitos civis, pois o produto do solo e do subsolo era para aqueles cidadãos que ao nascer já tinham assegurados o direito de morar de se alimentar;

— Tendo em vista que as nossas mães negras com espírito profundo de doação do seu sangue através do aleitamento para as crianças dos escravagistas, deixavam as suas próprias morrerem para alimentar os filhos dos senhores brancos numa verdadeira sevicia anticristã praticada pelo regime monárquico;

— Tendo em vista que a contribuição na literatura, na arte, no esporte, na política, na economia, na diplomacia, na religião, na alegria, no amor, na capacidade interior;

— Tendo em vista que soubemos traduzir toda a violência numa mobilização nacional, numa proposta mundial, a fim de que o ser humano conquiste a paz geral especificamente nós brasileiros renunciemos à prepotência e à violência dentro de nós mesmo, trabalhamos no sentido de conquistar a verdadeira democracia racial com atos traduzindo como participação total dos brasileiros negros nas decisões gerais do Estado, através dos seus três Poderes da República;

— Tendo em vista que tudo que foi exposto é uma análise isenta de paixão, se o Ministro da Justiça através da sua administração quiser identificar todos os fatos apontados, certamente levará os brasileiros a procurar maneiras para extirpar definitivamente da mente das pessoas essa informação errada que foi codificada através do Estado brasileiro das suas várias formas de Go-

verno desde a sua descoberta até hoje. A verdadeira democracia racial só será conquistada definitivamente se nós todos estivermos dispostos a levar em frente esse projeto em busca da própria liberdade;

— Tendo em vista que todos os cidadãos, em especial os negros, almejam participar dos atos de morar, higienizar-se, alimentar-se, educar-se e, mui particularmente, de atuar numa democracia plena, a fim de que possa dar a contribuição em benefício geral dos brasileiros, como conquista ao respeito dos direitos civis e à própria democracia, solicitamos um posicionamento contrário à portaria do Sr. Ministro da Justiça e, portanto, a sua revogação.

Brasília, 6 de junho de 1984. — **Waldimiro de Souza**, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como legítimo representante da Bancada paulista, volto a esta tribuna para elucidar fatos sobre a Ferrovia Paulista S.A. — FEPASA.

A questão da desapropriação, pelo Estado de São Paulo, das ações da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, foi iniciada há mais de vinte anos e somente em 1983 o processo chegou ao fim. Sendo a Fazenda do Estado chamada a pagar aos expropriados a imensa quantia de 250 bilhões de cruzeiros.

Diante da atual crise econômica, o Estado viu-se compelido a desistir da desapropriação e devolver as ações desapropriadas aos antigos acionistas. Porém, o Juiz da 1ª Instância não aceitou essa medida, o que levou a Fazenda do Estado a recorrer.

Às indenizações devidas somam-se correção monetária e juros compensatórios em um prazo de 22 anos. Isto motivaria um enorme desequilíbrio nas finanças do Estado, afetando a política de transportes e a FEPASA teria grandes problemas internos, em seu funcionamento e em suas atividades operacionais.

A atual diretoria, por medidas econômicas, reduziu 2,4% do seu quadro de pessoal, ou seja, em março de 1983, havia 19.685 funcionários.

A maioria das ações da FEPASA pertence ao Estado e este reintegrando, como almeja, os acionistas particulares — os antigos detentores de ações da Cia. Paulista — será amplamente beneficiado e a Empresa poderá, finalmente, seguir livre de novos impasses.

Como a referida causa permite recurso, pois foi apreciada somente pelo Juízo de 1º grau, a administração da FEPASA, após avaliar a situação com várias autoridades governamentais, achou por bem intervir nos processos judiciais, como assistente da Fazenda do Estado.

Ainda, o Tribunal de Justiça não proferiu decisão sobre os diversos recursos interpostos, sendo pois, pertinente e oportuna a intervenção da FEPASA que buscou assessoramento jurídico em escritório de ilibada reputação e reconhecida capacidade técnica.

Segundo o artigo 7º, inciso V, do Regulamento de Seleções e Contratações da FEPASA: "É dispensável a seleção para contratação de serviços técnico especializado". E ainda, justifica-se a presente resolução:

"a) pela comunhão de interesses, em razão das consequências que fatalmente atingirão a FEPASA na hipótese de resultarem sem êxito as postulações do Estado.

b) pela necessidade de que a empresa esteja representada por advogados não só de profundo saber, mas também de reconhecida fama e bom trânsito aos órgãos governamentais e autoridades judiciárias".

Para a concretização da intervenção, a Procuradoria Geral do Estado, após consulta, manifestou apoio a iniciativa da FEPASA e o Tribunal de Justiça de São Paulo, admitiu a assistência, tendo a decisão sido publicada no **Diário Oficial** do Estado em 17 de maio de 1984.

Quanto à remuneração destinada aos serviços advocatícios, foram seguidos os critérios usuais de fixação de honorários, ou seja, de acordo com o trabalho e executar, à qualidade da matéria, ao montante do valor da causa e ao nome e prestígio dos advogados contratados.

Assim sendo, estes foram os esclarecimentos que julguei necessários ao conhecimento de meus ilustres pares, para a elucidação das situações aventadas durante a brilhante gestão do Dr. Cyro Antonio Laurenza Filho — digno presidente da FEPASA.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Até 15 de janeiro de 1985, teremos prazo para nos mobilizar, destruir, implodir o Colégio Eleitoral. A luta não terminará dia 27 próximo, não terminará em qualquer data. Nós não podemos admitir nem eleição nem a posse de alguém que seja repudiado pela Nação, que está sendo repudiado por esse método de eleição não representativa da vontade do povo. Nós não podemos admitir, sequer, um dia a mais desse regime, regime que não fala a verdade, que coonesto, que admite, que nada faz perante os atos de corrupção.

Ainda hoje, o General Newton Cruz deixou de comparecer à CPI da CAPEMI, enviando apenas um ofício. Segundo informações dos parlamentares membros da CPI, o General Newton Cruz diz, no ofício, que foi responsável por ter visto todos os documentos da CAPEMI; rubricou-os todos; portanto, observou, com o tempo devido, os atos de corrupção que se passavam por baixo de seus olhos, e nada fez. Portanto, S. Ex^a foi conivente e, sendo conivente, foi responsável, assim como o seu superior, o General Octávio Medeiros. O Partido que aprova essas atitudes em parte aliás, porque a outra parte já é a favor das diretas — em parte, apenas, quer a continuidade desse acobertamento.

Ainda, ontem, tivemos outro exemplo. O Ministro Antônio Delfim Netto se recusa a dar entrevistas públicas, recentemente, se recusa a vir ao Congresso Nacional, e o PDS procura evitar que seja aprovada qualquer convocação dos Ministros Galvêas ou Delfim Neto a qualquer uma dessas Casas. Porque razão? Porque temem serem arguidos sobre os casos da Coroa Brastel, do Grupo Delfim, do BNCC, da CAPEMI.

Eis que, ontem, na Escola Superior de Guerra, ali estava mais um exemplo. Pela televisão, a imprensa pôde acompanhar a palestra, mas só de fora, e os alunos da Escola Superior de Guerra, os estagiários, também não chegaram a perguntar qualquer coisa que pudesse colocar o Ministro Antônio Delfim Netto em situação difícil. Os jornalistas têm-me dito que o próprio Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas também tem-se recusado a responder a quaisquer perguntas sobre assuntos delicados, como o caso Coroa-Brastel.

Hoje, no pequeno Expediente, na Câmara dos Deputados, divulgarei ofício que recebi de S. Ex^a, o Ministro da Fazenda, na data de ontem, e comentarei como, em verdade, o Ministro Delfim Netto e o Ministro Ernane Galvêas estão omitindo a verdade. E, ainda mais grave, alterando a própria interpretação das normas, das resoluções do Banco Central que, para eles, não têm mais força de lei, são inteiramente flexíveis, como demonstrei hoje à tarde. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas:

O caráter político do movimento dos professores universitários extrapola a reivindicação salarial. Ele tenta garantir, a todo custo, o que resta do ensino público superior neste País. Daí porque, Sr. Presidente, é necessário que este Congresso se debruce sobre o movimento que paralisa hoje 35 mil professores universitários, 350 mil universitários, em todo o País. É uma luta nacional que inclui professores, funcionários e médicos residentes, portanto, envolve dois eixos principais: melhores salários e verbas para o funcionamento das Universidades.

A posição do Governo tem sido de descaso e de insensibilidade. Somente após três semanas de greve é que o projeto de equiparação salarial, nada responde a parte das reivindicações do movimento e é apresentado no Congresso Nacional. Por outro lado, atinge às fundações, através do arrocho salarial, ou seja, o que a Sr. O anteprojeto apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura é, a um só tempo, omissão, com relação às autarquias, e prejudicial, com relação às fundações. Ele tenta confundir o movimento com um aparente caráter democrático, já que seria um dispositivo a ser submetido ao Congresso Nacional, porém transfere toda a competência da definição de prazos, índices, critérios referentes a equipamentos, ao Poder Executivo. Essa tentativa, portanto, utiliza o Poder Legislativo para legitimar decisões que não respondem ao movimento.

A resposta ao movimento a todas essas investidas do Governo de protelação, de divisão e ainda de intimidação, com algumas ameaças localizadas, tem sido de firmeza em suas posições. O movimento grevista é forte em suas bases e não abrirá mão de suas reivindicações tão facilmente, como

em suas bases e não abrirá mão de suas reivindicações tão facilmente, como espera a Ministra da Educação. Urge uma solução de emergência para que se retomem as atividades do ensino, da pesquisa e para que justamente essas atividades tenham uma responsabilidade que defina a Universidade, porque uma Universidade só terá sentido quando crítica, democrática e de boa qualidade.

Os professores, os residentes médicos e os funcionários das Universidades federais de Pernambuco estão firmemente engajados nesse movimento e essa greve não poderá ser abortada, não poderá ser mistificada.

O apelo que fazemos ao Ministério da Educação e Cultura é para que assumam as suas responsabilidades e que não se subordinem às decisões que estão vindo, hoje, do Ministério do Planejamento, através do Ministro Delfim Netto. É responsabilidade do Governo se ocorrer a perda do semestre para os 350 mil estudantes universitários, neste País.

De maneira muito forte, faço advertência a este Congresso de que as responsabilidades agora permanecem no seio do Ministério da Educação e Cultura.

Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, ainda há pouco, na tribuna deste Congresso, um Deputado criticou o Deputado Paulo Maluf e o fez, evidentemente, porque sabe que S. Ex^a caminha a passos largos para a Presidência da República. Mas como foi um discurso totalmente vazio, repetitivo, nada há a esclarecer sobre os temas que ele focalizou.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de analisar um discurso de um grande amigo nosso de São Paulo, o Deputado

Marcondes Pereira, que tentou salvar, através do seu discurso, a administração de Franco Montoro que, todos nós sabemos, está com 44 pontos negativos, em São Paulo; embora Franco Montoro seja Governador eleito por mais de 5 milhões de votos de paulistas, tem feito uma administração que ninguém consegue defender.

Por exemplo, o Deputado Marcondes Pereira referiu-se à nossa Caixa do interior, dando ao Brasil um exemplo magnífico da Administração Franco Montoro. Pois bem, o que é a nossa Caixa do interior? Um fracasso total. Na minha cidade, São José do Rio Preto, o Prefeito Municipal Sr. Manoel Antunes, que é do PMDB, simplesmente rejeitou publicamente qualquer negociação com a nossa Caixa do interior.

E mais, gostaria que o nobre Deputado Marcondes Pereira trouxesse, para conhecimento deste plenário, o balanço de 1983 da nossa Caixa de São Paulo, dirigida por Franco Montoro, porque, ao que me consta, existe um estouro de mais de 150 bilhões de cruzeiros. Mas, o próprio Deputado Marcondes Pereira poderá trazer esse balanço de 1983 da nossa Caixa, portanto no Governo Franco Montoro para que todos possamos tomar conhecimento do sucesso ou do insucesso dessa empresa.

S. Ex^a também disse que no Governo de Paulo Maluf houve atos de corrupção na nossa Caixa — e houve sim, esses atos. O que S. Ex^a não disse é que toda a diretoria foi demitida, a diretoria inteira da nossa Caixa, no Governo de Paulo Maluf, quando se divulgou que havia favoritismos para determinadas empresas na concessão de empréstimos. Então, o Sr. Paulo Maluf tomou uma atitude corajosa e única neste País: demitiu em um só ato a diretoria inteira da Caixa Econômica Estadual de São Paulo.

Sr. Presidente, o ilustre Deputado Marcondes Pereira ainda se referiu ao Governo de Goiás, e deu um exemplo de austeridade do Governo goiano dizendo que, em Goiás, foi proibido o uso de veículos oficiais por parte de todos os órgãos do Governo daquele Estado.

Gostaria, então, de fazer uma sugestão ao ilustre Deputado Marcondes Pereira: que leve ao Governo democrático de Franco Montoro também a idéia, a sugestão do não uso de veículos oficiais. Queremos ver, realmente, o que vai acontecer no Estado de São Paulo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rosa Flores.

O SR. ROSA FLORES (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, anuncia-se que através da iniciativa do Ministro da Previdência Social se pretende reformular o sistema previdenciário, no sentido de estabelecer um teto de idade mínima de 55 anos para a aposentadoria dos seus associados.

O meu discurso versa sobre isso e aponta fontes de recursos para o Ministério, a fim de que evite mais essa agressão, esse assalto a direitos adquiridos dos associados e dos segurados da Previdência Social, que passo a ler:

A mudança de Ministros não alcançou, em nenhuma das últimas tentativas, modificar a mentalidade predominante no Ministério da Previdência e Assistência Social, que objetiva resgatar o sistema da situação pré-falimentar em que se encontra, mediante a implantação de medidas de sacrifício contra os beneficiários.

Cada um deles chega acobertado de grandes e boas expectativas; tão logo defrontam-se com as crônicas dificuldades do órgão, porém, deitam por terra qualquer esperança de melhoria das coisas, porque optam, imediatamente, por soluções que eventualmente podem tapar o rombo dos cofres previdenciários, mas que importam em aumento das contribuições ou no cancelamento ou diminuição dos benefícios.

Não lhes ocorre deslindar mais criativo e justo, para a massa de segurados, dessa questão que parece destinada à perpetuidade. Ainda agora, insiste o Ministro Jarbas Passarinho na necessidade de instituir, aos 55 anos, a idade mínima para a aposentadoria por tempo de serviço, mesmo sabendo que essa intenção foi formalmente rejeitada por todos os trabalhadores, e pelas lideranças empresariais e políticas.

Assiste inteira razão à maioria da sociedade brasileira, na crítica que profere à opção ministerial: ela agride o instituto do direito adquirido e frustra a expectativa dos que vislumbam, na aposentadoria, a recompensa de seus esforços, despendidos em anos e anos de duro trabalho.

É totalmente improcedente — e inoportuna — a defesa da tese, professada pelo Ministro, de que o aumento do tempo de vida do brasileiro em geral justifica a dilatação da atividade, vale dizer, a postergação da aposentadoria.

Solidário com os segurados da Previdência Social, rejeito, igualmente, essa alternativa escolhida pelo Ministro. S. Ex.^a sabe que o déficit do sistema previdenciário pode ser coberto pela adoção de uma política que não privilegie os inadimplentes, os grandes devedores das contribuições que arrecadaram do trabalhador, e não recolheram, para beneficiar-se, ilicitamente, de sucessivos acordos para pagamento parcelado, com injustificado perdão de multa e da correção monetária.

S. Ex.^a sabe que o MPAS é rico, se não riquíssimo, pois detém o maior patrimônio imobiliário do País: dispõe de mais de 6.300 propriedades, com área de quase 4 bilhões de metros quadrados. Até hoje, por incrível que possa parecer, o Ministério ignora o valor de mercado dos seus milhares de imóveis, enquanto lamenta inexistente falta de recursos.

É inaceitável, portanto, a insistência do Ministro Jarbas Passarinho em prejudicar os associados da Previdência Social, enquanto dispuser, e não valer-se, de opções — entre as citadas, mais a cobrança do débito da União — que não redundem em novas dificuldades para o já sacrificado trabalhador brasileiro (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

No meu entender, o grande equívoco de alguns parlamentares das Oposições, nas críticas que fazem ao modelo econômico, está na síndrome do fanatismo que deforma a evidência dos fatos, castra a vitalidade da verdade e transforma o bem no mal. Eis a característica fiel do cego da Bíblia.

Ora, Sr. Presidente, é importante recordar aqui e agora as críticas que eclodiram nas tribunas das duas Câmaras do Congresso Nacional e durante muito tempo, diga-se de passagem, contra o modelo econômico admitido e posto em prática pelo Governo João Figueiredo.

Por que negar a V. Ex.^s. que nós mesmos do PDS, muitas vezes, envolvidos pelas falácias fantasmagóricas que aqui se faziam, chegávamos inclusive a nos impressionar e nos deixar envolver também pelo pessimismo.

Mas, Sr. Presidente, com o tempo e aqui se precisa fazer justiça aos Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas... — E vejamos V. Ex.^s. que produzi até uma crise de tosse do eminente Líder do PMDB, meu amigo, porque a verdade, às vezes, provoca essas reações. Sempre disseram que os resultados, objetivos do Modelo Econômico Brasileiro, não seriam jamais conquistados a curto prazo. Veio o problema da renegociação da dívida com o FMI. Naquela tribuna da esquerda — não é da esquerda ideológica — quantas vezes se ouviu recomendações no sentido de o Governo se curvar à humilhação da mora-

tória, como a única contribuição que as Oposições brasileiras ofereciam para resolver as dificuldades do nosso desenvolvimento externo.

O Brasil, Sr. Presidente, é uma potência no mundo contemporâneo.

A Sr.^a Irma Passoni (Fora do microfone) — Entregue.

O SR. JORGE ARBAGE — O Brasil é um País de alta viabilidade no cumprimento dos seus compromissos internacionais.

O Sr. Hermes Zanetti (Fora do microfone) — Apesar do Governo.

O SR. JORGE ARBAGE — E o Brasil deu a resposta à altura daquilo que exigia a tradição do nosso povo: renegociou, porque se tivéssemos caído nos braços da motória — e isto era o que desejavam alguns que hoje estão praticamente revelados, como inocentes úteis, a serviço da desgraça nacional — nós estaríamos hoje carpindo a desgraça de não poder manter a retomada do desenvolvimento, e levar este País ao seu grande destino.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — (Faz soar a campainha.)

O SR. JORGE ARBAGE — Vou concluir. Por isso, Sr. Presidente, tivemos realmente uma frase: a fase do chamado pessimismo, a síndrome do pessimismo, em que se justificavam as críticas ao modelo econômico, pelo menos, de parte daqueles que não acreditavam na competência e na credibilidade dos Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas.

A Sr.^a Irma Passoni (Fora do microfone) — Não acredito ainda.

O SR. JORGE ARBAGE — Mas hoje, Sr. Presidente, a Nação está reagindo heroicamente a todas as adversidades internas e externas, e aí está o primeiro passo de uma grande conquista nas exportações, onde o nosso superavit, este ano, ultrapassará a previsão de 9 bilhões de dólares! É o resultado satisfatório das primeiras conquistas do acerto do Modelo Econômico Brasileiro.

O Sr. Hermes Zanetti (Fora do microfone.) — E a fome do povo?

O SR. JORGE ARBAGE — E agora perguntamos para concluir: por que não vem aqui, à tribuna, a nobre Oposição, Sr. Presidente, já não diria confessar o seu pecado o seu erro; mas pelo menos reconhecer que o modelo estava dentro de um estágio de assento, e os resultados aí estão.

Portanto, Sr. Presidente, é vulgar, é sem nenhuma credibilidade, é sem nenhum objetivo, senão político, as críticas que se fazem aqui, ainda hoje, contra os Senhores Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O Sr. Farabulini Júnior — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma explicação pessoal, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não é do meu hábito ocupar o microfone desta Casa, deste Congresso Nacional, para tratar de assuntos eminentemente pessoais. Tenho outros caminhos que vou perseguir.

O assunto é de natureza pública, porque os jornais divulgaram hoje uma nota em que o Presidente do Partido

Trabalhista Brasileiro chama esse Deputado de "Cabo Anselmo".

A opinião pública brasileira, destacadamente do meu Estado, me conhece. Foram 120.000 votos, somente na cidade de São Paulo. Vim para cá, ocasionalmente, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, e vergastei, no primeiro dia, ao ensejo do 2.012, no segundo dia, ao ensejo do 2.024, fruto do acordo espúrio desse Partido Trabalhista Brasileiro com o Partido Democrático Social. Denunciei da tribuna, publicamente, ao ensejo do 2.045, esse decreto espúrio que o Presidente da República manda para cá e o Partido Trabalhista acolhe. Rejeitei aqui, nesta Casa, esse decreto. Acompanhei a opinião pública e os trabalhadores.

Ao ensejo agora do 2.065, reúne-se esse Partido e fecha questão, fecha uma questão contra o povo e a favor do 2.065. Este Deputado aqui não compareceu para votar, e um Deputado que aqui se esteve e deixou o plenário, foi processado, mas felizmente absolvido no Tribunal Superior Eleitoral.

Combato sim, Sr. Presidente, a corrupção onde quer que ela esteja. Não sou vestal nem dono da honestidade, mas não aceito esse salpico de lama que vem debaixo, da raí, dos corruptos fisiológicos do PTB, destacadamente esse, Presidente cujo nome é Ricardo Cassiano Ribeiro, esse homem que usa barba e que aqui não comparece, para falar no microfone. Ele fez acordos, recebeu cargos na COBAL, recebeu cargos no IBDF, recebeu cargos no Banco Nacional da Habitação — parece — e está aí, à custa do povo, votando contra o povo. Fez barganha, sim, votou no 2.065, à custa desses cargos e agora dá-se ao luxo de chamar este Deputado, que ocupa a tribuna e que persegue corruptos de todo o jeito.

Vou perseguir sim, se souber de corrupção nessa COBAL famigerada, que foi para o PTB, em troca da conspurcação do mandato dos Deputados que estiveram aqui, e votaram a favor do 2.065.

Vou denunciar sim, vou ocupar a tribuna sim. Agora, no que tange a declaração desse réptil, que é o Presidente do PTB, réptil por todos os caminhos, porque chega e assaca, e agora quer agredir com palavras que não atingem o Deputado que fala neste momento, porque tem autoridade moral, nesta Casa e fora daqui, para enfrentar qualquer réptil que por acaso venha e diga aos jornais essas imbecilidades

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

A Sr.^a IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é impossível nos calarmos perante a colocação do nobre Deputado Jorge Arbage. É um absurdo! A que preço nós temos enfrentado essa entrega do Brasil ao FMI. Primeiramente, o preço da fome, da miséria, da morte vergonhosa de milhões de brasileiros, da desnutrição de milhões de brasileiros, de milhões de crianças abandonadas, sem condições de a curto prazo retomarem a sua vida de ser humano normal. Sabemos que pelo menos três a quatro gerações, se hoje nós estancássemos essa miséria e essa fome, viveriam as consequências da fome, da miséria, da subnutrição e da redução da capacidade cerebral física. Não acreditamos, em absoluto, nas palavras do nobre Deputado, dizendo que se retoma o modelo econômico, com o argumento de que se exporta. De que adianta exportar aquilo que é essencial para a população brasileira? De que adianta exportar o óleo, o feijão, o arroz, se agora exportado em cruzeiros, o Brasil retoma o mesmo produto em dólar e revende novamente em cruzeiros? De que adianta a exportação? De que adianta o Produto Interno Bruto, se a Nação, o povo, não desenvolveu, o povo não cresceu, o povo não teve o seu respaldo mini-

mo para sobreviver? Isso é uma máfia; isso é uma traição; isso é uma submissão do Brasil Colônia, retornando há 20, 30, 40 anos atrás! E agora, dizer-se que está se retomando o modelo econômico isto é uma piada. O povo brasileiro sabe disso e é disso testemunha. Não adianta programa de televisão, de rádio, de pronunciamentos aqui dentro desta Casa, porque a prática mostra que é outra coisa. Dizer que se retomou emprego? Quantos milhões continuam desempregados? O que significa essa retomada mínima de 0,1 ou 2 ou 14% de empregos? A farsa montada não adianta ser declarada diferentemente. A verdade existe nua e crua para milhões de brasileiros. Então, é impossível se calar perante tamanho descalabro colocado aqui pelo nobre Deputado Jorge Arbage. E mais uma vez, quero aqui registrar o documento do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que se somam à luta dos médicos residentes, dos funcionários públicos federais das universidades autárquicas, dos docentes que ontem se opcionaram, oficialmente, sobre essa questão de greves e verbas. Leio:

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

O Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira

Ao longo dos anos, as Instituições de Ensino Superior vêm dando o melhor de si na tentativa de corresponder às exigências de uma sociedade moderna.

De parte da União, registram-se substanciais aplicações em construção, em aperfeiçoamento de pessoal docente, na consolidação do regime de dedicação exclusiva e no apoio à pesquisa.

De parte das Instituições de Ensino Superior, impõe-se destacar a cotidiana preocupação com a qualidade do ensino, a expansão progressiva e sólida da pós-graduação, a integração mais ampla com a sociedade através de programas de extensão, o desenvolvimento acentuado e qualitativamente mais significativo das atividades de pesquisa.

Estado e Universidade, cada um a sua maneira e complementando-se nos esforços para garantir uma adequada formação de recursos humanos de alto nível e para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, acabaram por consolidar um parque universitário já respeitável e com imenso potencial de serviço ao País.

Esse parque universitário é um patrimônio da sociedade brasileira. Por isso mesmo, os dirigentes das diferentes instituições universitárias sentem-se no dever de reiterar, ainda uma vez, aos responsáveis pelo Governo — autoridades do Executivo e representantes do povo no Congresso Nacional — a advertência de que esse patrimônio está seriamente ameaçado.

Sem rememorar as razões, queremos mostrar a todos que a advertência não é infundada. E como, para tanto, é preciso ser rigorosamente objetivo, analisemos os dados do orçamento do Tesouro para a educação superior nos anos desta década.

A análise revela que as verbas para manutenção das universidades vêm sofrendo rápida e implacável redução. Para cada Cr\$ 100,00 que as Universidades federais recebiam em 1980, elas recebem hoje Cr\$ 37,80 e receberão, em 1985, tendo em vista a dotação já fixada pelo Ministério da Educação e Cultura, Cr\$ 22,08, ou Cr\$ 33,22, se confirmado o valor previsto para o orçamento extra-teto (Quadro anexo).

Em conseqüência, nossas Universidades não têm como renovar e reparar seus equipamentos de ensino, atualizar suas bibliotecas, conservar seus prédios e instalações, manter o nível de suas aulas práticas, operar seus hospitais e nem mesmo pagar os serviços de luz, limpeza, transporte, água, telefone, vigilância e outras despesas essenciais de custeio.

Como nos parece admissível comprometer todo o investimento já realizado pelo Governo e pelas Instituições de Ensino Superior propomos, para preservá-lo, as seguintes soluções emergenciais:

1 reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980,

2 consignação, no orçamento de 1985, de dotação em valor real equivalente à do orçamento de 1981.

Sem a adoção imediata dessas medidas mínimas, será impossível sustar o processo de deterioração física e de queda de qualidade do ensino que vem afetando nossas Universidades.

Assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira.

Consideramos também que os vencimentos pagos aos professores e funcionários técnico-administrativos das autarquias vêm sofrendo, ao longo dos anos, um achatamento que torna aflitiva suas condições de vida. De janeiro de 1979 a abril de 1984, houve uma perda salarial de 167,60% para os servidores e de 103,00% para os docentes, tomando-se como referência a evolução do INPC. No mesmo período, o pessoal das Fundações tem recebido uma remuneração mais justa. Prestando serviços idênticos e sendo ambas mantidas pelo Estado, Autarquias e Fundações pertencem ao mesmo sistema de

Dado em Brasília, no Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, aos 13 de junho de 1984.

Período	Taxa de Inflação	Deflator	ORÇAMENTO		
			Valor Corrente	Valor Constante	Índice 1980 = 100
1980	—	1,00	6.372.955	6.372.955	100,00
1981	106,80	2,07	14.912.087	7.203.906	113,03
1982	100,00	4,14	25.910.548	6.258.586	98,20
1983	211,00	12,87	42.402.440	3.294.672	51,69
1984	170,00	34,75	65.874.000	2.410.318	37,82
1984	170,00	34,75	93.875.250 (1)	2.701.446	42,38
1985	170,00	93,82	132.044.200	1.407.421	22,08
1985	170,00	93,82	198.678.700 (2)	2.117.658	33,22

- (1) — Suplementação de Cr\$ 28 bilhões
(2) — Inclusive extra-teto

MEC/SESu — EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

Esse documento é do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras que se reuniu em Brasília, ontem.

Deixo também registrado o documento da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e também do Secretário da Executiva do Conselho Nacional de Residência Médica, encaminhado ao Secretário da Educação Superior, com as reivindicações que farão hoje à tarde ao MEC.

Essa demonstração dos reitores é uma denúncia aberta do sistema político-econômico comandado pelo Sr. Delfim Netto e Ernane Galvêas, e desmente as colocações feitas hoje, aqui, pelo Deputado Jorge Arbage. S. Ex^a sabe isto não é verdade. Toda a sociedade sabe que isto não é verdade. Os reitores das universidades brasileiras que, poderíamos dizer, são a nata do pensamento brasileiro, quando referendam e se unem, em comunhão, com as reivindicações dos docentes, os funcionários e dos médicos residentes mostram que a situação exige medidas imediatas.

ensino. Por conseguinte, é de justiça que se venham a compatibilizar as escalas salariais das instituições autárquicas e das fundacionais mantidas pela União, mediante legislação própria, formulada a partir de estudos aprofundados, em que se considerem e se equilibrem, na melhor medida possível, as diversas variáveis envolvidas.

No entanto, a complexidade do problema, e a evidência de que sua solução definitiva demandará um processo gradativo, manifestam que essa proposta, ainda que de logo endossada pelas autoridades competentes, não pode, isoladamente, sem grave equívoco, ser entendida como medida eficaz para debelar a crise ora instalada.

Impõe-se, portanto, uma solução concomitante, emergencial, sob a forma de reajuste salarial específico que permita, de pronto, minorar a difícil situação dos docentes e servidores técnico-administrativos das autarquias de ensino.

De há muito vimos buscando e oferecendo sugestões de caráter básico, preventivo, certos de que a crise de hoje, como a de ontem, tem origens profundas, de natureza conceitual e estrutural.

Os signatários deste documento concluem, finalmente, que somente através da solução imediata e definitiva do problema orçamentário e da pronta recuperação da justiça salarial será possível restabelecer o clima de normalidade nas Instituições de Ensino Superior, que vem sendo, desde 1980, anualmente afetado por essas duas questões.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ainda não saíram as medidas que a Ministra da Educação nos prometeu, terça-feira à tarde, na presença de sete Parlamentares desta Casa e do Senador João Calmão, no prédio do MEC, quando disse que se responsabilizaria a transmitir ao Presidente da República e aos Ministros a exigência de uma imediata mensagem de aumento salarial. Na oportunidade, nós deixamos claro à Ministra que não adiantava adiar isso para janeiro, num projeto de equiparação salarial com as fundações, porque esse adiamento é de seis meses e seria definitivamente matar a Universidade.

Portanto, deixamos registrado aqui novamente o nosso apelo. Ontem, à noite, na sessão do Congresso das 19 horas, fizemos o possível; aprovamos aqui verbas para o MEC. Hoje, à tarde novamente haverá votação de nova suplementação de verba, de quinhentos e tantos milhões de cruzeiros. Nós nos empenharemos para estar presente, para que isso seja votado e imediatamente liberado.

Portanto, se a Ministra precisa de respaldo político, nesta Casa, através da Câmara dos Deputados e do Senado, ela o tem na presença pública e no pronunciamento de todos os partidos políticos. Ela tem o respaldo político dos reitores, da sociedade brasileira, e acho que ela deveria se considerar hoje uma privilegiada, e tem que assumir este papel de responsabilidade que é colocado nas suas mãos, com todo o respaldo da sociedade. S. Exª deve imediatamente solicitar do Presidente da República o encaminhamento para esta Casa de uma mensagem de aumento salarial de emergência, e não aquele que já está embuído no aumento dos servidores públicos, e muito menos aquela mensagem que só a partir de janeiro em vigor.

Deixamos registrado aqui novamente o nosso apelo. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO

Brasília, 11-6-84

OF. Nº 547/84 — CNRM

Do: Secretário Executivo da CNRM

Ao: Sr. Secretário da Educação Superior

Assunto: Informação (presta)

Atendendo determinação de V. Sª, a Comissão Nacional de Residência Médica reuniu-se em caráter extraordinário, no dia 12 de junho próximo passado, com a finalidade de analisar o movimento grevista dos médicos residentes, em conjunto com os seus representantes.

Informamos a V. Sª que, após as necessárias considerações sobre o assunto, o plenário deliberou, por maioria de votos, acatar a proposta conjunta da Associação Nacional dos Médicos Residentes e Conselho Federal de Medicina, ficando decidido:

1) que a CNRM, como órgão normatizador da Residência Médica, assumirá frente ao MEC a justiça e o apoio às reivindicações dos médicos residentes, no que concerne à mudança da equivalência do salário inicial do DASP para o salário mínimo, estabelecendo-se o valor da bolsa ao equivalente ao piso de seis salários mínimos;

2) que sejam efetuadas gestões junto à Exª Srª Ministra da Educação e Cultura para que, de forma imediata, seja encaminhada ao Poder Executivo a proposta de mudança apenas do artigo 4º da Lei nº 6.932/81, sob a forma de Mensagem ao Congresso, para ser votada em regime de urgência, antes do próximo recesso parlamentar;

3) que a CNRM se declare em sessão permanente com a finalidade de prestar assessoria aos órgãos decisórios;

4) que a CNRM interceda junto às instituições que oferecem Residência Médica, no sentido de que não haja punições aos residentes que apoiaram o movimento grevista.

Certos da colaboração de V. Sª reiteramos nossos protestos de apreço

Atenciosamente: — **Evandro Guimarães de Sousa**, Secretário Executivo da CNRM

ANDES —

Associação dos Docentes do Ensino Superior

NOTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

Frente a uma conjuntura extremamente complexa e dinâmica, onde o processo sucessório presidencial constitui o eixo principal de discussão, os movimentos grevistas, pela sua firmeza, seriedade e coesão, criam fatos políticos que colocam a luta pela Universidade em pauta, exigindo soluções.

A evolução dos fatos nas últimas quarenta e oito horas, reforça e consolida a posição política defendida pelos docentes e servidores das Universidades Federais Autárquicas, que há quase um mês sustentam uma greve na-

cional, enfrentando a intransigência e a protelação do Governo no atendimento às nossas justas reivindicações.

Entre os fatos criados, destacamos a pressão que levou a Ministra da Educação e Cultura a receber os representantes dos comandos nacionais de greve e a assumir o compromisso de buscar uma solução emergencial junto à Presidência da República, reafirmando assim seu papel de interlocutora do Governo e responsável por contraproposta a ser apresentada.

O movimento dispõe de todo o apoio político necessário para lutar pela Universidade e exigir da Ministra soluções concretas. Este apoio tem sido consubstanciado no reconhecimento da justiça de nossa luta e no empenho por uma solução desta crise em caráter de urgência, pelos componentes do Congresso Nacional, por inúmeras Assembléias Legislativas, por Governadores, pelo Foro de Secretários de Educação, pela OAB, pela ABI, pela SBPC, pela CNBB, pela UPI, por um sem-número de parlamentares e, agora, também pelo CRUB. E, o mais importante, pelo povo em geral, e pelos estudantes em particular

O CNG destaca como um apoio importante ao nosso movimento o documento do CRUB: "O Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira", divulgado em 13-6-84. No espaço aberto pelas greves de professores e servidores universitários, e ampliado pela greve dos médicos-residentes, os Reitores assumem corajosamente conceitos e bandeiras pelas quais lutam historicamente estas categorias. Defendendo a sobrevivência da Universidade brasileira, ameaçada pela política educacional do Governo, advogam mais verbas e melhores salários para os professores e servidores técnico-administrativos.

O CRUB é veemente na defesa deste patrimônio da sociedade brasileira, quando clama: "Assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira".

A pesar do tom genérico do início, fica claro no curso do texto serem as Universidades Federais o cerne da mobilização do CRUB.

Assim, reivindica ele, em caráter emergencial, a reformulação do orçamento dessas Universidades, para 84 e 85, com dotação em valor real equivalente a 80 e 81, respectivamente, no que se incorpora de forma concreta à nossa luta por mais verbas para a Universidade. Com a clareza de que tal suplementação não atende, de forma plena, às necessidades das várias Instituições, o CNG considera que ela representa o mínimo aceitável para solucionar, neste momento, a crise instaurada.

Além de destacar a importância política da luta por verbas para a Universidade, devemos, agora mais do que nunca, intensificar a articulação do movimento dos docentes com o dos servidores técnico-administrativos. Qualquer medida que não contemple os dois segmentos impedirá a superação da situação crítica em que se encontra a Universidade, pela qual conjuntamente lutamos

Julgamos importante destacar ainda, que as medidas emergenciais reivindicada na nossa pauta e hoje reforçadas pelo documento do CRUB não garantem de forma permanente a manutenção e ampliação da Universidade Pública. Nesse sentido, entendemos que outras propostas, como o ante-projeto de equiparação salarial entre autarquias e fundações, que põem em risco conquistas do movimento docente, exigem, de nossa parte, uma firme disposição de luta, de modo a fazer valer a vontade de nossa comunidade na definição de toda e qualquer mudança na Instituição Universitária.

Brasília, 14 de junho de 1984
Comando Nacional de Greve

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1984

Institui novo critério de reajuste das bolsas de estudos dos médicos residentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que "dispõe sobre as atividades do médico residente", passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo de valor equivalente a 6 (seis) salários mínimos, paga pela instituição, acrescido de um adicional de 10% (dez por cento), a título de compensação previdenciária, incidente na classe de salário-base a que fica obrigado por força de sua vinculação, como autônomo, ao regime da Previdência Social."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina, como Líder.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Sr. Presidente, o PMDB designa, com muita honra, o nobre Deputado Hermes Zaneti para, em seu nome, usar deste horário, que nos permite o art. 6º do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Deputado, o PMDB já usou dessa prerrogativa regimental. Portanto, V. Exª tem a palavra como Líder, mas, infelizmente, não a pode delegar

O SR. VALMOR GIAVARINA — Sr. Presidente, então houve uma alteração no Regimento, de ontem para cá, que não chegou ao meu conhecimento. É norma desta Casa, sempre tem acontecido, que este horário pertence à Liderança e não ao Líder, e que o Líder pode designar um Deputado do seu partido para usá-lo em nome do partido.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Eu indago a V. Exª se é Líder ou Vice-Líder?

O SR. VALMOR GIAVARINA — Líder em exercício, hoje

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — V. Exª poderá falar como Vice-Líder

O SR. VALMOR GIAVARINA — É Líder de plenário, e posso designar, como Líder de plenário, um Deputado do meu Partido, usando subsidiariamente o Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Liderança pode delegar, uma vez por semana. Já foi usada essa prerrogativa regimental pelo Partido de V. Exª
Concedo a palavra a V. Exª como Líder.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para estranhar a atitude de V. Exª. Realmente, tem razão V. Exª ao afirmar que, uma vez por semana, pode a Liderança delegar, usando-se subsidiariamente, neste caso, o Regimento do Senado. No entanto, é norma nesta Casa em todas as sessões matutinas ou noturnas, usar dessa prerrogativa, designar um Deputado para falar em nome do PMDB.

Vou continuar e peço a V. Exª que me permita usar, então, aquela tribuna.

Sr. Presidente, nobres Congressistas, obedecendo à risca o que determina o Regimento Interno do Congres-

so Nacional, S. Ex^a, o Sr. Presidente, me defere a palavra como Líder, mas não permite que transfira esse direito a um membro do meu Partido, no que S. Ex^a está certo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — V. Ex^a poderá conceder um aparte.

O Sr. Hermes Zaneti — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMOR GIAVARINA — Então, nessas condições, Sr. Presidente, dando aquele jeitinho brasileiro, assomo à tribuna para ouvir o aparte do nobre Deputado Hermes Zaneti, a quem concedo e ouço com muito prazer.

O Sr. Hermes Zaneti — Muito obrigado a V. Ex^a eminente Líder Valmor Giavarina. Veja que a criatividade é desafiada a todo o momento nesta Casa. Para surpresa minha, vejo-me quase que tolhido na oportunidade de falar na Casa do povo, onde se tem mais é que falar. Mas respeito a decisão do Presidente. No entanto, ao iniciar o longo aparte a V. Ex^a, meu Líder...

O SR. VALMOR GIAVARINA — Pelo tempo que V. Ex^a quiser e que o Regimento permitir.

O Sr. Hermes Zaneti — Obrigado, eminente Líder. Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que tenho ouvido aqui muitos ataques ao Sr. Deputado Paulo Maluf, e tenho visto os seus seguidores na tribuna defendendo-o. Mas, foi a primeira vez, hoje pela manhã, para espanto meu, que vi um Deputado tentando vir aqui vender a figura do eminente Deputado Paulo Maluf como um moralista, um moralizador. S. Ex^a não se conteve na defesa das denúncias que estavam sendo feitas aqui e veio fazer dele a imagem de um homem capaz de moralizar, quando disse que demitiu toda uma diretoria da Caixa, em São Paulo, como uma atitude moralizadora. Eu não podia perder, ao iniciar o meu aparte, a oportunidade de dizer que só posso entender aquelas demissões como demissão por concorrência desleal, porque queria ficar sozinho, a praticar o que estava praticando, o que todos conhecem. Mas, eminente Líder, lastimo profundamente ter que deixar V. Ex^a de castigo de pé na tribuna. O meu objetivo aqui é de trazer algumas considerações sobre a questão da greve dos médicos residentes, dos professores e servidores das universidades autárquicas federais. Primeiro, gostaria de dizer que estou num dia muito feliz, satisfeito, porque tenho em mãos um Ofício de nº 547, da Comissão Nacional de Residência Médica. Este ofício, assinado pelo Sr. Evandro Guimarães de Souza, comunica ao Sr. Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura as conclusões daquela Comissão. Estas conclusões dizem que a Comissão Nacional de Residência Médica resolveu atender às reivindicações dos médicos residentes. Acompanha, anexo ao ofício, um projeto de lei que visa alterar a redação do art. 4º, da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981. Gostaria de ler o artigo proposto:

“Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo de valor equivalente a seis salários mínimos...”

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Fazendo soar a campanha.) — Vou assegurar a palavra a V. Ex^a, mesmo contrariando o item 10º, do art. 16, do Regimento Interno do Senado Federal. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que couber ao nobre Líder.

O Sr. Hermes Zaneti — O tempo é de 20 minutos, segundo estou informado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Vou assegurar a palavra a V. Ex^a, mesmo contrariando o Regimento Interno do Senado, que só lhe permite dois minutos, conforme estabelece o item 10.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Sr. Presidente, mas eu estou com a palavra.

O Sr. Hermes Zaneti — Quero louvar a decisão sábia de V. Ex^a que, com equidade, me trata da mesma forma como tratou o Deputado Jorge Arbage. No entanto, a sua advertência deveria ser dirigida ao orador porque o estou apartando. De qualquer forma vamos simplificar. Agradeço a sua observação e a equidade de tratamento.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Sr. Presidente, não entendi, apenas para uma melhor explicação da Mesa. Estou com a palavra, e sendo esta do orador, ele pode conceder o aparte pelo tempo que quiser. Concedo o aparte por 2 minutos; prorrogo-o por mais 2, mais 2 e mais 2. A palavra está comigo, eu concedo o aparte e a Mesa, com todo o respeito, me parece que está enganada.

O Sr. Hermes Zaneti — Muito obrigado, eminente Líder. Prossigo o meu aparte. Dizia que a título de compensação previdenciária incidente na classe de salário-base a que fica obrigado, por força de sua vinculação como autônomo ao regime de Previdência Social. Este é o artigo 4º proposto para ser a nova redação do artigo 4º atualmente em vigência, da Lei nº 6.932, ou seja, está sendo atendida a reivindicação dos médicos residentes de um piso salarial de 6 salários mínimos com o acréscimo adicional de 10%, a título de compensação previdenciária. Saldava como solução, Sr. Presidente e eminente Líder, porque estivemos anteontem com a Sr^a Ministra da Educação e Cultura que, após receber os parlamentares, aquiesceu em receber também o Comando dos Professores, dos Servidores e dos Médicos Residentes, quando o preponente dos médicos residentes propunha-se a argumentar com a Sr^a Ministra sobre suas reivindicações e a oportunidade quanto à necessidade de seu atendimento. S. Ex^a interrompeu-o e disse que não gastasse o seu argumento, não gastasse o seu tempo, não gastasse a sua energia argumentando com ela, Ministra, e que fosse levar o seu argumento à Comissão Nacional de Residência Médica, porque ela, a Ministra da Educação, adotaria as conclusões que chegasse àquela Comissão. Por isso estou aqui saudando a solução, porque a Sr^a Ministra, na presença de sete Deputados e um Senador, disse que adotaria as decisões da Comissão Nacional de Residência Médica, repito. Hoje às 15 horas e 30 minutos, os médicos residentes, por suas lideranças e os parlamentares que os acompanharão, serão recebidos mais uma vez, Sr. Presidente, pela Ministra da Educação, quando espero que S. Ex^a, mantendo a palavra que nos deu anteontem, anuncie nesta audiência a solução total e integral, atendendo e as reivindicações dos médicos residentes. Gostaria, no final da tarde, quem sabe, poder voltar a esta Casa e anunciar que os médicos residentes, por decisão sua, tiveram atendidas todas as suas reivindicações, porque a Sr^a Ministra da Educação foi coerente em assumir a palavra que empenhou com os Sr^s Parlamentares, e eles têm as suas decisões atendidas; em razão disto, não têm mais razão de permanecer em greve. Honestamente é a esperança que tenho, pela coerência desejável de alguém que ocupa o cargo de Ministro de Estado. Portanto, repito, a Comissão de Residência Médica atendeu às reivindicações, a Sr^a Ministra nos disse que assumiria como sua, a posição da Comissão Nacional de Residência Médica e quero, aqui, saudar, por isso mesmo, por antecipação, a solução que a Sr^a Ministra dará, em definitivo, hoje, na audiência das 15 horas e 30 minutos. Mas, meu caro Líder, quero agradecer a bondade de V. Ex^a em ouvir o meu aparte. Quero falar um pouco, também, da questão dos professores e dos servidores das universidades federais autárquicas. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, conforme já foi dito aqui desta tribuna, emitiu um longo documento, um documento sério, que é um libelo à questão da Universidade Brasileira.

Neste documento, os Reitores das Universidades Brasileiras posicionam-se pelo atendimento das reivindicações dos professores, ele deve, agora, ouvir os Reitores, até por uma questão de coerência, nobre Deputado Siegfried Heuser, porque os Reitores foram nomeados pelo Governo, e são esses mesmos Reitores que agora vêm a público dizer ao Governo que atenda às reivindicações dos professores, porque eles, Reitores, estão solidários às reivindicações dos professores e dos servidores da Universidade Autárquica. Mas são estes Reitores que nos mostram, Sr. Presidente, um quadro que é um desafio a este Parlamento. Porque este Parlamento, no ano passado, aprovou uma proposta de emenda constitucional, a qual determina que o Governo Federal aplique, nunca menos, 13% da sua receita de impostos para a educação. E este documento está a mostrar que o Poder Executivo está na condição de inadimplente com a Constituição, e neste caso, este Parlamento tem a obrigação de declarar o **impeachment** do Senhor Presidente da República, responsável maior por este caos, irresponsável pelo descumprimento a uma norma constitucional que este Parlamento aprovou. Senão, vejamos, Sr. Presidente: em 1980, tomando-se como índice 100 as verbas que foram destinadas ao Ministério de Educação; em 1981 esse índice subiu para 113,03%; em 1982 este índice baixou para 98,20%; em 1983 reduziu-se mais, para 51,69%; em 1984 reduziu-se ainda mais, para 42,38 ou 37,38%, segundo dois critérios que foram adotados para o cálculo, tendo-se em vista uma prevista suplementação de 28 bilhões de cruzeiros. Em 1985, Sr. Presidente, esse mesmo índice reduziu-se, ainda mais drasticamente, segundo as previsões feitas no orçamento que está sendo elaborado, para 22,08%. Então, Sr. presidente, são os Reitores das universidades brasileiras que estão demonstrando, aqui, que está havendo uma drástica redução, uma sistemática redução, na aplicação de verbas para a educação. O Governo não atende a reivindicação dos professores e dos servidores porque não quer. Ele tem verbas para isto, um **superavit** de 7 trilhões de cruzeiros e uma reserva técnica de 3 trilhões de cruzeiros. O atendimento total, geral, às reivindicações dos professores, dos médicos residentes e dos servidores das autarquias em greve não passa dos 300 bilhões de cruzeiros. É insignificante frente ao número astronômico do **superavit** orçamentário. O que ocorre, Sr. Presidente, eminente Líder Valmor Giavarina, meus colegas Congressistas, é que o PDS, o Presidente da República e o comando político desta Nação têm dobradiça na espinha, curvam-se às ordens do Fundo Monetário Internacional e é pelas ordens de reduzir os dispêndios com salários, com remuneração de pessoal público. É por esta ordem do FMI que o Governo não quer atender aos professores. E pasmem os Srs. Congressistas, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras foi recebido ontem pelo eminente Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Depois de 30 dias de greve, os professores têm um aceno de que S. Ex^a vai levar ao seu Chefe Figueiredo uma proposta de aumento de 20%. Escandaloso! Vinte por cento é o tanto que foi carcomido pela inflação no período de greve. Propor hoje 20% é propor o retorno do poder aquisitivo no dia em que a greve começou, e nós não vamos admitir este escândalo. O Governo tem que criar vergonha, os professores e os servidores estão esperando uma proposta decente, como esta a que a Comissão Nacional de Residência Médica ofereceu aos médicos residentes. Por isto, para não abusar da bondade do meu eminente líder e da tolerância, segundo interpretação regimental do S. Ex^a o Sr. Presidente desta sessão, eu vou terminar, mas vou terminar dizendo que nós confiamos, primeiro: que a Sr^a Ministra, hoje à tarde, coerente com o que nos prometeu, assumia, defendia e defira as reivindicações dos médicos residentes. Segundo, que os servidores e os professores da Universidade Autárquica Federal esperam um gesto sério do Governo Federal, seriedade que não houve até aqui, porque estão trabalhando o caso com irres-

ponsabilidade, como brincadeira. Há 30 dias estão em greve, sem nenhuma proposta concreta.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — (Acionando as campanhas) — O tempo do orador está esgotando.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Obrigado, Ex^a Eu pediria ao meu ilustre companheiro que concluísse o aparte.

O Sr. Hermes Zanetti — Vou concluir o meu aparte, agradecendo a V. Ex^a, meu Líder, na esperança de que a inventiva criada aqui para poder falar sirva de lição também para que o Governo use a sua imaginação, saia da sucumbência e se levante com a Nação.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. HERMES ZANETTI EM SEU APARTE:

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

O Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira

Ao longo dos anos, as Instituições de Ensino Superior vêm dando o melhor de si na tentativa de corresponderem às exigências de uma sociedade moderna.

De parte da União, registram-se substanciais aplicações em construção, em aperfeiçoamento de pessoal docente, na consolidação do regime de dedicação exclusiva e no apoio à pesquisa.

De parte das Instituições de Ensino Superior, impõe-se destacar a cotidiana preocupação com a qualidade do ensino, a expansão progressiva e sólida da pós-graduação, a integração mais ampla com a sociedade através de programas de extensão, o desenvolvimento acentuado e qualitativamente mais significativo das atividades de pesquisa.

Estado e Universidade, cada um a sua maneira e complementando-se nos esforços para garantir uma adequada formação de recursos humanos de alto nível e para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, acabaram por conso-

lidar um parque universitário já respeitável e com imenso potencial de serviços ao País.

Esse parque universitário é um patrimônio da sociedade brasileira. Por isso mesmo, os dirigentes das diferentes instituições universitárias sentem-se no dever de reter, ainda mais uma vez, aos responsáveis pelo Governo — autoridades do Executivo e representantes do povo no Congresso Nacional — a advertência de que esse patrimônio está seriamente ameaçado.

Sem rememorar as razões, queremos mostrar a todos que a advertência não é infundada. E como, para tanto, é preciso ser rigorosamente objetivo, analisamos os dados do orçamento do Tesouro para a educação superior nos anos desta década.

A análise revela que as verbas para manutenção das Universidades vêm sofrendo rápida e implacável redução. Para cada Cr\$ 100,00 que as Universidades federais recebiam em 1980, elas recebem hoje Cr\$ 37,80 e receberão, em 1985, tendo em vista a dotação já fixada pelo Ministério da Educação e Cultura, Cr\$ 22,08, ou Cr\$ 33,22, se confirmado o valor previsto para o orçamento extra-teto (Quadro anexo).

Em conseqüência, nossas Universidades não têm como renovar e reparar seus equipamentos de ensino, atualizar suas bibliotecas, conservar seus prédios e instalações manter o nível de suas aulas práticas, operar seus hospitais e nem mesmo pagar os serviços de luz, limpeza, transporte, água, telefone, vigilância e outras despesas essenciais de custeio.

Como nos parece inadmissível comprometer todo o investimento já realizado pelo Governo e pelas Instituições de Ensino Superior propomos, para preservá-lo, as seguintes soluções emergenciais:

1. reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980;
2. consignação, no orçamento de 1985, de dotação em valor real equivalente à do orçamento de 1981.

Se a adoção imediata dessas medidas mínimas, será impossível sustar o processo de deterioração física e de queda de quantidade do ensino que vem afetando nossas Universidades.

Assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários desde docu-

mento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira.

Consideramos também que os vencimentos pagos aos professores e funcionários técnico-administrativo das autarquias vêm sofrendo, ao longo dos anos, um achatamento que torna aflitiva suas condições de vida. De janeiro de 1979 a abril de 1984, houve uma perda salarial de 167,60% para os servidores e de 130,00% para os docentes, tamando-se como referência a evolução do INPC. No mesmo período, o pessoal das Fundações tem recebido uma remuneração mais justa. Prestando serviços idênticos e sendo ambas mantidas pelo Estado, Autarquias e Fundações pertencem ao mesmo sistema de ensino. Por conseguinte, é de justiça que se venham a compatibilizar as escalas salariais das instituições autárquicas e das fundacionais mantidas pela União, mediante legislação própria, formulada a partir de estudos aprofundados, em que se considerem e se equilibrem, na melhor medida possível, as diversas variáveis envolvidas.

No entanto, a complexidade do problema, e a evidência de que sua solução definitiva demandará um processo gradativo, manifestam que essa proposta, ainda que de logo endossada pelas autoridades competentes, não pode, isoladamente, sem grave equívoco, ser entendida como medida eficaz para debelar a crise ora instalada.

Impõe-se, portanto, uma solução concomitante, emergencial, sob a forma de reajuste salarial específico que permita, de pronto, minorar a difícil situação dos docentes e servidores técnico-administrativos das autarquias de ensino.

De há muito vimos buscando e oferecendo sugestões de caráter básico, preventivo, certos de que a crise de hoje, como a de ontem, tem origens profundas, de natureza conceitual e estrutural.

Os signatários deste documento concluem, finalmente, que somente através da solução imediata e definitiva do problema orçamentário e da pronta recuperação da justiça salarial será possível restabelecer o clima de normalidade nas Instituições de Ensino Superior, que vem sendo, desde 1980, anualmente afetado por essas duas questões.

Dado em Brasília, no Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, aos 13 de junho de 1984

Período	Taxa de Inflação	Deflator	ORÇAMENTO		
			Valor Corrente	Valor Constante	Índice 1980 = 100
1980	—	1,00	6.372.955	6.372.955	100,00
1981	106,80	2,07	14.912.087	7.203.906	113,03
1982	100,00	4,14	25.910.548	6.258.586	98,20
1983	211,00	12,87	42.402.440	3.294.672	51,69
1984	170,00	34,75	65.874.000	2.410.318	37,82
1984	170,00	34,75	93.875.250 (1)	2.701.446	42,38
1985	170,00	93,82	132.044.200	1.407.421	22,08
1985	170,00	93,82	198.678.700 (2)	2.117.658	33,22

(1) — Suplementação de Cr\$ 28 bilhões

(2) — Inclusive extra-teto

MEC/SESu — EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

ANDES
Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
NOTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

Frente a uma conjuntura extremamente complexa e dinâmica, onde o processo sucessório presidencial cons-

titui o eixo principal de discussão, os movimentos grevistas, pela sua firmeza, seriedade e coesão, criam fatos políticos que colocam a luta pela Universidade em pauta, exigindo soluções.

A evolução dos fatos nas últimas quarenta e oito horas, reforça e consolida a posição política defendida pe-

los docentes e servidores das Universidades Federais Autárquicas, que há quase um mês sustentam uma greve nacional, enfrentando a intransigência e a protelação do Governo no atendimento às nossas justas reivindicações.

Entre os fatos criados, destacamos a pressão que levou a Ministra da Educação e Cultura a receber os represen-

tantes dos comandos nacionais de greve e a assumir o compromisso de buscar uma solução emergencial junto à Presidência da República, reafirmando assim seu papel de interlocutora do Governo e responsável por contraposta a ser apresentada.

O movimento dispõe de todo o apoio político necessário para lutar pela Universidade e exigir da Ministra soluções concretas. Este apoio tem sido consubstanciado no reconhecimento da justiça de nossa luta e no empenho por uma solução desta crise em caráter de urgência, pelos componentes do Congresso Nacional, por inúmeras Assembleias Legislativas, por Governadores, pelo Foro de Secretários de Educação, pela OAB, pela ABI, pela SBPC, pela CNBB, pela UPI, por um sem número de parlamentares e, agora, também pelo CRUB. E, o mais importante, pelo povo em geral, e pelos estudantes em particular.

O CNG destaca como um apoio importante ao nosso movimento o documento do CRUB: "o Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira", divulgado em 13-6-84. No espaço aberto pelas greves de professores e servidores universitários, e ampliado pela greve dos médicos-residentes, os Reitores assumem corajosamente conceitos e bandeiras pelas quais lutam historicamente estas categorias. Defendendo a sobrevivência da Universidade brasileira, ameaçada pela política educacional do Governo, advogam mais verbas e melhores salários para professores e servidores técnico-administrativos.

O CRUB é veemente na defesa deste patrimônio da sociedade brasileira quando clama: "assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira".

Apesar do tom genérico do início, fica claro no curso do texto serem as Universidades Federais o cerne da mobilização do CRUB.

Assim, reivindica ele, em caráter emergencial, a reformulação do orçamento dessas Universidades, para 84 e 85, com dotação em valor real equivalente a 80 e 81, respectivamente, no que se incorpora de forma concreta à nossa luta por mais verbas para a Universidade. Com a clareza de que tal suplementação não atende, de forma plena, às necessidades das várias Instituições, o CNG considera que ela representa o mínimo aceitável para solucionar, neste momento, a crise instaurada.

Além de destacar a importância política da luta por verbas para a Universidade, devemos, agora mais do que nunca, intensificar a articulação do movimento dos docentes com o dos servidores técnico-administrativos. Qualquer medida que não complete os dois segmentos impedirá a superação da situação crítica em que se encontra a Universidade, pela qual conjuntamente lutamos.

Julgamos importante destacar ainda, que as medidas emergenciais reivindicadas na nossa pauta e hoje reforçadas pelo documento do CRUB não garantem de forma permanente a manutenção e ampliação da Universidade Pública. Nesse sentido, entendemos que outras propostas, como o ante-projeto de equiparação salarial entre autarquias e fundações, que põem em risco conquistadas do movimento docente, exigem, de nossa parte,

uma firme disposição de luta, de modo a fazer valer a vontade de nossa comunidade na definição de toda e qualquer mudança na Instituição Universitária.

Brasília, 14 de junho de 1984
Comando Nacional de Greve
Brasília, 11-6-84

OF nº 547/84 — CNRM
Do Secretário Executivo da CNRM
Ao Sr. Secretário da Educação Superior
Assunto: Informação (presta)

Atendendo determinação de V. S^a, a Comissão Nacional de Residência Médica reuniu-se em caráter extraordinário, no dia 12 de junho próximo passado, com a finalidade de analisar o movimento grevista dos médicos residentes, em conjunto com os seus representantes.

Informamos a V. S^a que, após as necessárias considerações sobre o assunto, o plenário deliberou, por maioria de votos, acatar a proposta conjunta da Associação Nacional dos Médicos Residentes e Conselho Federal de Medicina, ficando decidido:

1) Que a CNRM, como órgão normatizador da Residência Médica, assumira frente ao MEC a justiça e o apoio às reivindicações dos médicos residentes, no que concerne à mudança da equivalência do salário inicial do DASP para o salário mínimo, estabelecendo-se o valor da bolsa ao equivalente ao piso de seis salários mínimos;

2) Que sejam efetuadas gestões junto à Ex^m Sr^a Ministra da Educação e Cultura para que, de forma imediata, seja encaminhada ao Poder Executivo a proposta de mudança apenas do artigo 4º da Lei nº 6.932/81, sob a forma de mensagem ao Congresso, para ser votada em regime de urgência, antes do próximo recesso parlamentar;

3) Que a CNRM se declare em sessão permanente com a finalidade de prestar assessoria aos órgãos decisórios;

4) Que a CNRM interceda junto às instituições que oferecem residência médica, no sentido de que não haja punições aos residentes que apoiaram o movimento grevista.

Certos da colaboração de V. S^a reiteramos nossos protestos de apreço.

Atenciosamente — Evandro Guimarães de Sousa, Secretário Executivo da CNRM.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1984

Institui novo critério de reajuste das bolsas de estudo dos médicos residentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que "dispõe sobre as atividades do médico residente", passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo de valor equivalente a 6 (seis) salários mínimos, paga pela instituição, acrescido de um adicional de 10% (dez por cento), a título de compensação previdenciária, incidente na classe de salário-base a que fica obrigado por força de sua vinculação, como autônomo, ao regime da Previdência Social".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Muito obrigado ao nobre Deputado Hermes Zanetti pelo brilhante aparte que veio enriquecer o meu discurso.

O Sr. Siegfried Heuser — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMOR GIAVARINA — Se a Mesa me permitir mais um minuto, ouvirei mais um Deputado do Rio Grande do Sul, com muito prazer.

O Sr. Siegfried Heuser — Esses números citados pelo eminente Deputado Hermes Zanetti ainda se tornam mais irrelevantes quando considerarmos que nestas verbas, nestes percentuais tido como investidos no povo brasileiro são incluídas as verbas que se destinam ao ensino militar, nas escolas militares de todos os níveis. Portanto, não é propriamente uma verba para o ensino. Essas verbas destinadas ao ensino militar deveriam ser alocadas no orçamento às três Armas militares: Exército, Marinha e Aeronáutica. Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Muito obrigado ao nobre Deputado Siegfried Heuser, pelo aparte que V. Ex^a me ofereceu.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está esgotado o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 5, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 27, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.090, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Deixa-se de proceder a sua votação, em virtude da inexistência de quorum nas duas Casas do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

Ata da 158ª Sessão Conjunta, em 14 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 20 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvair Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Atafé — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Cortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaeas — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida —

PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB, Renato Cordeiro — PDS, Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS, Salvador Julianelli — PDS, Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB 3 9

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB, Genésio de Barros — PMDB, Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Boriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB, Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS, Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS, Oswaldo Trevisan — PMDB, Paulo Marques — PMDB, Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS, Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB, Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS, Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB, Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS, Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS, Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Jorge Queued — PMDB; Léléo Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS, Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB, Sival Guazzelli — PMDB

Amapá

Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS, Júlio Martins — PDS

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 342 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Eraldo Tinoco.

O SR. ERALDO TINOCO (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas: Sempre tive o maior apreço pela Justiça, considerando-a uma Instituição relevante para a manutenção dos valores fundamentais da Sociedade. Há ocasiões, entretanto, em que as decisões, mesmo amparadas pela interpretação das Leis, ferem o bom senso e os reais interesses da Sociedade. Isso ocorre quando o magistrado interpreta os fatos com a ótica meramente legalista, sem uma reflexão mais profunda das circunstâncias que envolvem o fato a ser julgado.

Assunto do mais alto interesse para o Estado da Bahia, acaba de merecer interpretação na mais alta Corte de Justiça do País, que pode ser enquadrada muito bem nessa categoria de decisão.

Trata-se da cassação de uma liminar, oferecida em Mandado de Segurança interposto pelo meu Estado, contra danosa operação de compra de ações da Nordeste Linhas Aéreas Regionais, com base em uma estranha informação que essa empresa causa prejuízos econômicos e financeiros aos cofres da União.

Essa empresa foi constituída em 1976, dentro dos objetivos do programa de aviação de 3º nível, atendendo a vasta faixa territorial do Nordeste do Brasil. Havia, sem dúvida, grande interesse do Estado no equacionamento do transporte aéreo, interligando as diversas regiões do seu extenso território e ainda em tornar mais fácil a comunicação entre todos os nordestinos, e por isso decidiu participar de um terço do capital de formação da nova empresa. Mas não foi só isso. No desejo de facilitar a participação de capitais privados nessa iniciativa, o Estado autorizou ao seu Banco de Desenvolvimento, que financiava, a juros subsidiados, as ações a serem adquiridas pela VOTEC e pela Transbrasil, atendendo inclusive a exigências do Ministério da Aeronáutica, na participação de uma empresa de porte médio e outra de grande experiência no setor.

Surgiu assim a NORDESTE, com seu capital formado entre o Estado e duas organizações privadas, mas com um equilíbrio no poder decisório, desde quando nenhum detentor do capital tenha prevalência sobre os demais. Nos existe qualquer participação da União, não sendo portanto verdadeiras as informações de prejuízos aos cofres federais.

São inegáveis os serviços que a empresa tem prestado ao desenvolvimento do Estado e da Região, principalmente pela presença da parcela do seu capital com o objetivo maior do interesse pelo desenvolvimento do Estado e não apenas pela remuneração do investimento. Mesmo assim, é uma empresa que tem tido lucros e que está com uma perfeita saúde econômica.

Ocorre, Sr. Presidente, que a parcela pertencente à VOTEC já foi adquirida por terceiros, mais precisamente pelo Sr. Oto Lima, figura controversa do Estado de Minas Gerais, onde possui uma transportadora, a Translima e que agora investe também na tentativa da aquisição das ações da Transbrasil, operação que, caso venha a se concretizar, daria àquele Grupo o controle total da empresa, ficando o Estado em situação amplamente minoritária, sem poder decisório e vendo os recursos públicos alocados ao empreendimento, quer com a compra direta das ações ou com o subsídio oferecido pelo DESEMBANCO, serem manejados para o benefício de particulares e em detrimento dos verdadeiros interesses dos baianos.

Aliás, devo mencionar, que o Estado da Bahia, há algum tempo, vem sendo pressionado para permitir a venda das ações da Transbrasil, com quem mantinha um acordo para que não vendesse as ações à empresa do Sr. Oto Lima, para que este não ficasse com o controle total da sociedade.

Na gestão do eminente Governador Antônio Carlos Magalhães, já o Estado da Bahia lutou contra esse esbu-

lho que, para surpresa de muitos, recebia o apoio do Departamento de Aviação Civil.

Foi contra essa tentativa de prejudicar a Bahia que se insurgiu, em boa hora, o eminente Governador João Durval, pleiteando pela via judicial que essa operação absurda fosse sustada e que sejam mantidos os propósitos e o equilíbrio decisório, assegurado quando da criação da empresa.

S. Exª está lutando em defesa dos reais interesses do povo baiano, que o elegeu com uma votação consagrada e tem ao seu lado todo os representantes políticos do Estado, erguendo bem alta a voz da Bahia, que não aceita, em nenhuma hipótese, esse atentado contra o seu patrimônio.

Também ao lado da Bahia está a classe empresarial da nossa terra, através de vários dos seus integrantes, que se dispõem a adquirir as ações pertencentes à Transbrasil, para que o controle acionário não fique concentrado nas mãos de um único Grupo.

Mas é preciso que se faça ouvir também a voz do Ministério da Aeronáutica, que tem a atribuição de zelar pelo bom funcionamento do transporte aéreo civil e que por isso, não deve permitir a descaracterização daquela empresa, passando a ter como principal finalidade o lucro, em lugar do objetivo de atender às regiões mais carentes, mesmo que deficitária. É preciso ouvir também a voz do Departamento de Aviação Civil, inclusive para que o seu Diretor, Brigadeiro Luiz Felipe Carneiro Lacerda Neto, explique como a Nordeste é acusada por ele, de dar prejuízos aos cofres da União.

Temos certeza que a clarividência e a sensibilidade do Ministro Délio Jardim de Mattos serão mais uma vez demonstrados, impedindo que este absurdo se concretize contra os reais interesses do povo baiano.

A Bahia não se deterá na defesa dos seus interesses, seja pela enérgica ação do seu Governador, seja pela voz dos seus representantes, denunciando e exigindo providências para que tamanha abuso não se concretize. A Bahia não aceita e protesta, pois atos como estes ferem a dignidade dos baianos. Querem reabilitar um empresário em má situação às custas do erário baiano, o que a Bahia não pode e não vai permitir. (Muito bem!)

O Sr. Jorge Carone — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra a V. Exª para uma reclamação.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pela ordem Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Tenho notado que nós, Deputados, ficamos esperando aqui uma hora para o comparecimento dos Senadores, e os funcionários da Casa, da Câmara dos Deputados, são obrigados, também, a ficar aqui.

Eu pediria a V. Exª que estudasse uma maneira, para que, quando se marcasse uma sessão para as 19 horas, ela não começasse às 20 horas e 10 minutos. Há dias que demoram mais de duas horas e nós ficamos esperando os Senadores. Isto não é justo porque, afinal de contas, um Senador pode se deslocar de lá do Senado.

Acontece é que o funcionário do Senado vem para cá e aguardamos uma hora para que um Senador chegue aqui para abrir a sessão.

É a reclamação que faço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A reclamação de V. Exª será devidamente anotada, mas devo esclarecer que a circunstância de hoje, pelo menos, se deve ao fato de que a Sessão Extraordinária do Senado, das 18 horas e 30 minutos, teve um prolongamento muito grande e como as sessões aqui são do Congresso, é evi-

dente que a Mesa do Senado que estava presidindo a Sessão do Senado não podia, ao mesmo tempo, presidir a Sessão do Congresso.

Caberia, no caso, a suspensão da sessão que havia sido convocada. Entretanto, em atenção aos Srs. Deputados e, também, em atenção ao dispositivo constitucional que obriga a realização das sessões para aqueles decretos-leis que não foram aprovados e têm de correr 10 sessões consecutivas, a Mesa do Senado se vê na obrigação de realizá-las.

É a explicação que posso dar, no momento, a V. Ex^a

O Sr. Jorge Carone — Agradeço a explicação de V. Ex^a, mas notei que no Senado, na Mesa, há sempre dois ou três Senadores sentados. Então, um poderia ser deslocado para aqui, para que não esperássemos uma hora, às vezes, duas.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Verifico que é a réplica de V. Ex^a, mas o nobre Deputado, deve perceber que a sessão aqui é do Congresso. Sendo Congresso, para que se componha a sessão há necessidade, pelo menos teoricamente, de que Senado e Câmara se reúnam. Se uma das Casas está reunida, não há possibilidades de se fazer sessão do Congresso.

to. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O nosso registro hoje é uma carta à Nação em defesa da universidade pública e gratuita:

CARTA À NAÇÃO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

Brasileiros.

Hoje, nosso povo começa a romper o tecido autoritário e a reinaugurar por sua conta o ansiado hábito da liberdade.

A única forma de subjugar uma nação por longo tempo é destruir sua memória coletiva social e cercear sua capacidade autônoma de pensamento, de inventividade e de criação independentes.

Hoje, como ontem, a nossa Universidade Pública e Gratuita está ameaçada de destruição por cerco e asfixia, pelo descaso deliberado e irresponsável deste regime, que vive os seus estertores.

Cada vogal apagada, cada sílaba desaprendida, cada pesquisa interrompida são células sadias arrancadas da inteligência nacional. Triste é o quadro onde a ciência e a cultura são desprezadas, e onde a indústria militarista e os escândalos financeiros são acarinhados com efusivo beneplácito e com aberta cumplicidade.

Os cortes das verbas para a Universidade e o aviltamento do salário de professores, pesquisadores e funcionários configuram um crime contra o patrimônio científico e intelectual do povo brasileiro, que obedece a inflexíveis desígnios.

A quem interessa a desativação de nossos laboratórios de pesquisa tecnológica? A quem serve a evasão dos intelectuais e pesquisadores de alto nível da Universidade? A quem satisfaz o silenciamento dos pólos de reflexão livre e independente? Seguramente, nada disso interessa aos que pretendem, com o seu trabalho quotidiano impregnado de esperanças, contruir uma pátria desenvolvida, livre, próspera e independente

Apenas os que se beneficiam e apostam na recessão, no continuísmo do modelo autoritário e no aprofundamento da dependência externa é que se acumpliciam com

a política predatória que é praticada contra a Universidade Pública.

Estas novas cicatrizes que pretendem gravar na Nação desta vez não se inscrevem diretamente nos corpos dos cidadãos que lutam pela liberdade, mas na própria consciência nacional, debilitando sua capacidade de promover um desenvolvimento soberano, aut centrado e voltado para as reais necessidades de nossa população

A Universidade, no entanto, não se rende, não se deixa sucumbir. Apesar da intransigência oficial, apesar do desvio de seus recursos garantidos por lei, apesar da degradação imposta ao seu equipamento, a Universidade Pública resiste e constitui o principal espaço de produção cultural e científica no nosso País. As Universidades Federais Autárquicas, da USP e da UNICAMP (autárquicas estaduais), são responsáveis por 90% da pesquisa fundamental realizada no País.

As Universidades Públicas gratuitas devem constituir uma garantia do acesso democrático à educação e uma garantia da qualidade de formação dos quadros indispensáveis ao desenvolvimento da Nação. A Universidade de ainda é responsável pela formação dos professores do ensino primário e secundário, que propiciam educação a milhões de jovens, e pelo atendimento à população nos Hospitais Universitários, que atualmente encontram-se à beira do colapso.

Nós e as entidades e associações representantes da sociedade civil do País, não pedimos esmolas e nem imploramos clemência para a Universidade. Vimos de público denunciar a política anti-social, anticultural e antinacional que o Governo pretende impor ao nosso povo e conclamamos a Nação Brasileira a que se erga em defesa da Universidade Pública, Gratuita e Democrática, em defesa de nossa memória nacional, do acervo cultural e do nosso desenvolvimento futuro ameaçados.

A conquista imediata de mais verbas e salários não resolve o conjunto dos problemas que ameaçam a Universidade, mas abre caminho para reverter a política privatizante e autoritária que a pretende liquidar.

Não se trata de uma demanda de elites. Esta cruzada tem o sabor do pão que o desemprego e a recessão suprimem do prato dos trabalhadores. Esta luta é espessa como o orgulho de uma nação que quer pensar por si própria. Esta bandeira será conduzida pelas mãos que se erguem e se encontram, clamando por independência e liberdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vetto-razzo. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero, hoje, simplesmente registrar a estranheza do povo paranaense. Mais do que isso, registrar o protesto do povo do meu Estado pela tentativa que está fazendo o Governo Federal, já anunciada, de federalizar um dos maiores portos deste País, o Porto de Paranaguá. E deixar a indagação: Por que será que o Governo Federal quer federalizar o Porto de Paranaguá? Será por que o Estado é administrado e competentemente por um Governo do PMDB? Ou será que pretende o Governo Federal auferir vantagens, porque o Porto de Paranaguá, todos nós sabemos, além de ser um dos Portos de maior movimento neste País, é um dos portos mais bem aparelhados.

Por outro lado, Sr. Presidente, não é de ontem e nem de anteontem, é de há muito tempo que vimos reclamado do Governo Federal a federalização de nossas universidades estaduais, federalização de escolas que são altamente pesadas para o Governo do Estado. Quanto a isto, o Governo Federal não toma nenhuma iniciativa. Já que o Governo pretende federalizar que federalize a escola, que federalize a universidade, que federalize a fundação, mas não o Porto de Paranaguá. Falo isto, Sr. Presidente, dando ressonância aos reclamos de "n" entidades, das quais tenho recebido telegramas, telex, telefonemas, protestando contra esta ameaça, protestando contra a iminência de se ver federalizado um dos maiores portos deste País, o Porto de Paranaguá, exatamente situado no Estado do Paraná.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na sessão matutina do Congresso Nacional de hoje, saudei entusiasmado a solução que a Comissão Nacional de Médicos Residentes havia dado, ao atender integralmente as reivindicações daqueles grevistas. E saudei, porque a Sr^a Ministra da Educação havia nos dito, anteontem, em audiência — éramos 7 Deputados e 1 Senador — que acataria a decisão da Comissão Nacional de Médicos Residentes

Hoje, às 15:30 horas, fomos recebidos, novamente, pela Sr^a Ministra da Educação, oportunidade em que eu pensava que nos seria comunicado seríamos comunicados o atendimento, o acatamento, conforme nos havia dito, do parecer da Comissão Nacional. Qual não foi nossa surpresa, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao sermos recebidos pela Sr^a Ministra, muita irritada, deixando que poucos falassem pouco, interrompendo a todos quantos pretendiam falar e, muito constrangida, disse que não disse o que havia dito.

Esta epidemia de desdizer o que foi dito foi gerada por um vírus que tomou conta do Presidente da República e que já está contagiando seus Ministros. Faço votos de que isto não prossiga, porque, na hora em que isso tomar conta desta Nação, ninguém mais vai se entender e vai virar uma verdadeira "Torre de Babel". Tenho a esperança de que a Sr^a Ministra da Educação, em sua condição de Ministra de Estado, revise sua posição e assumo, como decisão sua, como nos havia dito a conclusão da Comissão Nacional dos Médicos Residentes.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que, para minha surpresa, ao lado da Sr^a Ministra, estava o Secretário de Ensino Superior, Presidente da Comissão Nacional dos Médicos Residentes. S. S^a disse, na mesa de discussão, que ele era contra o parecer da Comissão que ele presidia. Então, o mínimo que o Sr. Gladstone pode fazer é demitir-se da Presidência da Comissão. É a primeira vez que vejo alguém levar por escrito o parecer de uma comissão que preside e, numa reunião mais ampla, tomar uma atitude contrária àquilo que ele traz por escrito e assinado. É uma atitude ridícula, Sr. Presidente, que espero seja respondida com a renúncia do Sr. Presidente da Comissão Nacional dos Médicos Residentes. Espero também a revisão da postura da Sr^a Ministra da Educação que, diga-se, teve sempre uma atitude bela ao receber-nos para conversar, mas é uma subministra, porque, neste País, só há um Ministro que é o Sr. Delfim Netto. Os outros são subministros. Isto ficou provado hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ninguém poderia negar a contribuição da imprensa no processo de redemocratização vivido pelo Brasil, divulgando fatos políticos e interpretações de competentes analistas, que levam ao leitor entendimento acerca do momento presente e das perspectivas para o futuro.

Nesse quadro, reveste-se da maior significação a página diária do jornalista Ivan Leal, no **Jornal dos Sports**. Publicitário, formado em **Marketing** e Propaganda, esse valoroso profissional está naquela empresa jornalística há 10 anos, cabendo-lhe o mérito de ter implantado, no jornal, uma coluna política e de noticiário geral denominada "Estadão". Foi graças a sua presença que, pela primeira vez, o **Jornal dos Sports** abriu espaço para noticiários políticos. E de utilidade pública.

Toda a realização de Ivan Leal decorre de uma vocação espontânea para o trabalho na imprensa, que já o fez ganhar vários prêmios de jornalismo. A enumeração de algumas funções que desempenhou dariam uma boa idéia sobre a sua trajetória vitoriosa. Foi Secretário de Imprensa da Prefeitura de Maricá, Diretor de Jornalismo da Emissora Continental, exerceu diversas assessorias de imprensa no antigo Estado do Rio de Janeiro, destacando-se o trabalho realizado na Secretaria de Obras

Ao levar sua experiência para o **Jornal dos Sports**, o consagrado profissional só poderia enriquecer as suas páginas, e contribuir para aumentar o número de leitores, como de fato aconteceu.

A eficiência das pessoas é sempre reconhecida. Por isso, ao mudar de direção a empresa que edita aquele notável jornal, o espaço destinado à matéria política foi ampliado para uma página diária. Deixo aqui meus parabéns ao empresário Climério Velloso, cuja sensibilidade permitiu fosse mantido em suas funções o talentoso Ivan Leal, desenvolvendo trabalho ainda de maior envergadura, posto que, além da editoria política, cabe-lhe assinar uma coluna em seu próprio nome

Foi assim que se abriu espaço num grande jornal para a interiorização das notícias sobre assuntos políticos, e de interesse público, divulgando as prefeituras e os políticos do interior, suas realizações, seus problemas. É claro que o adição desses componentes atraiu uma categoria especial de novos leitores. A classe política passou a ler o **Jornal dos Sports**, e isso veio aumentar a vendagem do jornal

A maneira como é feito o noticiário tem sido fundamental para agregar novos compradores, para os quais a matéria passou a ser leitura obrigatória. Está ali uma espécie de "leitura dinâmica" onde, em pouco tempo, se lê de tudo, desde o noticiário nacional, passando pelos assuntos do interior, até as matérias de interesse do povo fluminense, e locais, do Rio de Janeiro, e do Brasil examinadas de todos os ângulos, embora sucintamente, com total aproveitamento do tempo de quem lê.

Outro segredo do sucesso que o noticiário político do **Jornal dos Sports** vem alcançando está no fato de que a empresa abriu espaço para todos os políticos, de diferentes partidos. Houve essa preocupação de diversificar as informações, sem qualquer preconceito por essa ou aquela corrente política, de modo que todos têm a sua oportunidade. São aspectos que valorizam ainda mais o jornal, angariando a fidelidade do público comprador.

Mas, Srs. Congressistas, o trabalho de Ivan Leal no **Jornal dos Sports** não se restringe à editoria política, com sua coluna especializada. Cabem-lhe também as coberturas internacionais e, neste sentido, é preciso enaltecer o esforço realizado para cobrir as viagens do Presidente do Brasil ao Exterior, tanto aquelas que efetuou aos países

da América Latina e da América do Norte, como também as que fez à Europa, à África e, mais recentemente, à Ásia, quando visitou o Japão e a China, sem esquecer o ponto culminante desses itinerários do Presidente, quando Sua Excelência ocupou a Tribuna da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Por tudo isso é que o jornalista Ival Leal merece os nossos maiores elogios, pois vem contribuindo de maneira sistemática para o aperfeiçoamento da consciência política de nossa população. Está ele de parabéns por seu magnífico trabalho, assim como o **Jornal dos Sports**, que reconheceu a necessidade de diversificar a sua linha editorial, atendendo ao chamamento que o presente exige da imprensa.

Ambos, Jornalista e Jornal, prestam, assim, um serviço da maior relevância, formando opinião e esclarecendo seus leitores, de modo a criar um novo universo de pessoas interessadas nos acontecimentos políticos. Com esse trabalho contribuem, decisivamente, para que haja um melhor entendimento acerca dos problemas atuais por que passa a Nação

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 9, DE 1984

14 de junho de 1984

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1984, que "acrescenta parágrafo ao artigo 163 da Constituição Federal", solicitamos a Vossa Excelência a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer e que se encerrará no dia 1º de agosto de 1984

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da matéria e pela necessidade de se dar ao eminente Senhor Relator, Senador Milton Cabral, um maior prazo para elaboração de seu parecer

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — Deputado **Márcio Macedo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Para exame da matéria a que se refere o expediente lido, já foi concedida prorrogação do prazo da Comissão que, inicialmente, findava a 31 de maio.

O § 2º do art. 137 do Regimento Interno do Senado, 1º subsidiário do Regimento Comum, permite nova prorrogação, mediante deliberação do plenário.

Assim, a Presidência irá submeter a votos a solicitação do Presidente da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1984

Os Senhores Deputados que concordam com a prorrogação do prazo por 30 dias, conforme solicitado, permaneçam como se acham. (Pausa) Aprovado

Os Senhores Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do plenário, fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00, para o fim que especifica, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 39, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — sobre a mesa a redação final do Projeto de Lei nº 5/84-CN, que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 47, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, apresentando a Redação Final do Projeto de Lei nº 05, de 1983-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões, e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica".

Relator: Deputado **Salvador Julianelli**

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 05, de 1983-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões, e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica", apresenta, em anexo, a Redação da Referida proposição.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1984. — Senador **José Fragelli**, Presidente — Deputado **Salvador Julianelli**, Relator — Senador **Lourival Baptista** — Senador **Hélio Gueiros** — Deputado **Jackson Barreto** — Deputado **Alberico Cordeiro** — Senador **Almir Pinto** — Deputado **Jorge Ueque** — Senador **Passos Pôrto** — Senador **Severo Gomes** — Senador **Albano Franco** — Senador **Octávio Cardoso**.

ANEXO AO PARECER Nº 47, DE 1984-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 05, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, crédito especial até o limite de Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Secretaria Geral — Entidades Supervisionadas, crédito especial

até o limite de Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), para re-

forço das dotações orçamentárias destinadas aos projetos e às atividades abaixo especificados:

Cr\$ 1.000,00

1500 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	543.500
1503 — Secretaria Geral — Entidades Supervisionadas	543.500
1503.08080312.818 — Atividades a Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação .	17.100
1503.08442081.860 — Projetos a Cargo da Fundação Universidade do Rio Grande — RS	20.600
1503.08442081.865 — Projetos a Cargo da Fundação Universidade Federal de Pelotas	25.800
1503.08442081.868 — Projetos a Cargo da Fundação Universidade Federal de Sergipe	480.000

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei decorrerão do excesso de arrecadação oriundo de operações de crédito internas contratadas pelo Ministério da Educação e Cultura junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Em discussão a redação final que vem de ser lida. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, e

30 minutos, neste Plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

Votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984-CN (4ª sessão); e

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1984-CN (4ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.*)

Ata da 159ª Sessão Conjunta, em 14 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 20 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés

Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuzza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Buihães — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásto de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PDS; Leôndas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Ar-

mando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martuns — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugoardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irája Rodrigues — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélho Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 342 Srs. Deputados. Havendo número regimental, de-claro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Mais uma vez, estamos nesta tribuna para registrar o aniversário do prestigioso jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, que completou seu 33º ano de fundação no dia 12 passado.

Fruto da visão empresarial e idealista de seu Fundador, o ilustre e saudoso jornalista Samuel Wainer, o grande renovador da imprensa brasileira, logo conquistou grande número de leitores por sua independência, por apresentar um jornalismo autêntico, posicionado sempre a favor da liberdade e dos interesses do povo.

Dentre os inúmeros nomes de primeira linha que integram o corpo redacional do jornal, podemos destacar figura do gabarito de um Otávio Malta, de João Etcheverry, de Nelson Rodrigues e de Carlos de Laet, dentre outros, de saudosa memória.

Nesse curto espaço de tempo de existência, firmou-se a *Última Hora* na predileção popular, alcançando invejável penetração nos lares brasileiros, graças, tão-somente, ao empenho, espírito patriótico, dedicação de seus diretores e auxiliares, que transformaram a outrora modesta publicação, em um diário de grande envergadura, interesse e variedade.

Dignificando a imprensa brasileira, valorizando os profissionais do jornalismo, a *Última Hora* sempre se destacou por um corajoso posicionamento político, em defesa dos fracos e dos oprimidos, vinculando informações do interesse da população, divulgando educação, cultura, esportes, vida social e inúmeros outros assuntos da atualidade e do interesse de seus leitores, sem sair de uma linha de perfeita coerência com a competência profissional de seu inesquecível fundador.

Hoje, uma valorosa equipe, chefiada por seu dinâmico e incansável Diretor-Presidente, o Dr. Ary Carvalho, mantém o alto nível e a inigualável qualidade do jornal, carreando sempre novos leitores que se seduzem e ficam cativos do padrão de jornalismo sadio que nele se pratica.

Este alto conceito foi consolidado ao longo de seus 33 anos de profícua existência, graças aos excelentes profissionais da imprensa e funcionários de escol que ali sempre labutaram e permanecem trabalhando, a exceder-se em empenho e dedicação, na defesa invariável das boas causas.

É, pois, com indistigável orgulho e satisfação que, incluindo-nos entre os leitores do importante matutino, congratulamo-nos com a direção, funcionários e colaboradores do jornal *Última Hora*, na certeza de que, nos momentos decisivos e nos grandes acontecimentos, estarão todos a postos, cumprindo a missão a que sempre se propuseram, amparados pelos postulados básicos que asseguram sua atuação isenta e imparcial, na certeza de que, à imprensa digna, só cabe o papel de defensora do bem comum. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura das Mensagens nºs 61 e 62, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.111 e 2.112, de 1984.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 dos Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 9200Q1-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado
(a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)
ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00